



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 042/043

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE MAIO DE 2006

ANO XXXI

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### *Lideranças*

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

## **DIÁRIO Nº 042**

### **38ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>02</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Ofícios.....	03
Proposta Emenda à Constituição ...	03
Designação.....	04
Requerimentos .....	04
Projetos de Lei .....	11
Projeto de Lei Complementar .....	14

#### **Horário das Lideranças:**

<b>Liderança do Bloco PP/PSB</b>	
Dep.José Domingos Scarpellini	15
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	16
<b>Discussão / Votação:</b>	
2ª Discussão (Votação em) .....	16
2ª Discussão .....	29
Requerimentos .....	30

#### **Encerramento da Sessão .....**

#### **Publicações**

<b>Diretoria Geral</b>	
Despacho do Diretor Geral .....	31

## **DIÁRIO Nº 043**

### **3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>32</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>32</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>32</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos .....	32

#### **Ordem do Dia:**

<b>Discussão / Votação:</b>	
3ª Discussão .....	33
1ª Discussão .....	33
Requerimentos .....	34

#### **Encerramento da Sessão .....**

#### **Publicações:**

<b>Comissão Executiva</b>	
Atos.....	35
<b>Atas de Comissões</b>	
Redação .....	35
Orçamento .....	36

## **DIÁRIO Nº 042**

### **38ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2006**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Mil-tinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael

Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (52). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Chico Noroeste e Padre Paulo Campos (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Quero esclarecer que vamos pedir prioridade de votação para o aumento do salário. Para que possamos votar rapidamente, solicitamos aos Srs. Deputados que tenham a mesma posição da semana passada, diminuindo os discursos e assim votarmos rapidamente.

(Aplausos)

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Ofícios:***

Sob o nº CTL/CC 051, 052, 053, 058 e 059/06, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, comunicando que as Indicações Legislativas nºs 225, 222, 230 e 229/06, foram encaminhadas ao Órgão competente. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 100/06, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, restituindo os Projetos de Lei nºs 015/06; 300, 540, 676, 677, 690, 691, 716, 717, 728, 735, 770, 776, 783 e 794/05. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 194/06, do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do FNDE, informando liberação de recursos financeiros para execução de programas da Secretaria de Estado da Educação, Programa PNATE. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 206/06, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Secretaria de Estado da Saúde, para execução do Programa PROEP. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 149/06, do Sr. Paulo Roberto Godoy, Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, encaminhando prestação de contas, referente ao exercício de 2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1225/06, do Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação, encaminhando prestação de contas da Paranaeducação, referente ao exercício de 2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 040/06, do Alcidino Bittencourt Pereira, Diretor-Presidente da Comec, encaminhando prestação de contas, exercício financeiro de 2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 076/06, do Sr. Valdir Izidoro Silveira, Presidente da Clasp, encaminhando prestação de contas, pertinente ao exercício de 2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1059/06, do Sr. Antonio Rycheta Arten, Diretor-Presidente da Agência de Fomento do Paraná, encaminhando prestação de contas do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado, exercício de 2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1070/06, do Sr. Antonio Rycheta Arten, Diretor-Presidente da Agência de Fomento do Paraná, encaminhando prestação de contas do Fundo de Desenvolvimento Econômico, exercício de 2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1074/06, do Sr. Antonio Rycheta Arten, Diretor-Presidente da Agência de Fomento do Paraná, encaminhando prestação de contas referente, exercício de 2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 451/06, do Sr. Stênio Sales Jacob, Diretor-Presidente da Sanepar, encaminhando prestação de contas, exercício de 2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 216/06, do Sr. Ângelo Aparecido Priori, Reitor da Universidade Estadual de Maringá, encaminhando prestação de contas, referente ao exercício de 2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

### ***Proposta de Emenda à Constituição:***

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Art. 1º O artigo 77 da Constituição do Estado passa a contar com o seguinte parágrafo:

“§ 7º O Conselheiro escolhido pela Assembléia Legislativa deverá tomar posse no Tribunal de Contas no prazo de 30 dias, a contar da data de sua escolha.

I - Na hipótese de desatenção ao prazo imposto por este parágrafo, a Assembléia Legislativa deverá realizar nova escolha no prazo máximo de 15 dias.

Art. 2º Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.05.2006.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Valdir Rossoni, Ratinho Júnior, Neivo Beraldin, Waldir Leite, Elton Carlos Welter, Arlete Caramês, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Tadeu Veneri, André Vargas, Reni Pereira, José Domingos Scarpellini, Nelson Gar-

cia, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Ailton Araújo e Renato Gaúcho.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de emenda à Constituição visa corrigir uma lacuna em relação à escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pois verificou-se que com a eleição do Vice-Governador Orlando Pessuti ao cargo de Conselheiro do TC a Assembléia Legislativa, conforme dispõe o Regimento Interno em seu artigo 221, comunicou ao Governador o resultado da deliberação, sendo que até o presente momento não ocorreu a posse ao referido cargo e notamos com isto a sua vacância do referido naquela Tribunal.

Salienta-se ainda, que dias após a escolha do Vice-Governador pela Assembléia Legislativa para o cargo de Conselheiro, uma nova vaga de Conselheiro foi preenchida com a eleição do Sr. Caio Soares e imediatamente o novo Conselheiro tomou posse junto ao Tribunal de Contas.

Salienta-se ainda, que nós Deputados estaduais conforme dispõe o Regimento Interno em seu artigo 4º, parágrafo 6º, temos o prazo de 15 dias para tomar posse nesta Assembléia Legislativa e nada mais correto e justo que para exercer suas funções como Conselheiro do Tribunal de Contas, um órgão auxiliar deste Poder Legislativo, o escolhido tenha uma data-limite determinada pela nossa Constituição Estadual.

Solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis para a aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

#### **Designação:**

##### DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o dispositivo no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv para representar esta Casa de Leis no XX Encontro Nacional do MIEIB (Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil) e XII Encontro de Educação Infantil do Rio Grande do Norte, nos dias 10, 11 e 12 de maio de 2006, em Natal-RN.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### **Requerimentos:**

##### REQUERIMENTO Nº 1045

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência à Mensagem nº 033/06, Projeto de Lei nº 230/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva institui a parcela complementar de remuneração ao funcionário

público civil efetivo, ativo e ao inativo e gerador de pensão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominada Piso Social Complementar.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

##### REQUERIMENTO Nº 1056

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 210/06, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) TADEU VENERI

##### REQUERIMENTO Nº 1048

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 734/06, item 02 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

##### REQUERIMENTO Nº 1052

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a votação nominal para o Projeto de Lei nº 002/06 e Emendas, item 01 da ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) NEIVO BERALDIN

##### REQUERIMENTO Nº 1053

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada uma Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) MILTINHO PUPIO

##### REQUERIMENTO Nº 1032

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de pesar à família Caron pelo falecimento do Sr. Alteviro Caron, pai do Sr. Secretário de Estado Luiz Dernizo Caron, ocorrido na data de 1º de maio, na cidade de Curitiba.

Requer, também, o envio de cópia aos familiares na Rua Desembargador Otávio do Amaral, nº 738, apto. 152, Bigorrião, CEP: 80.730-400, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) ELZA CORREIA

## REQUERIMENTO Nº 1040

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Mário Fuganti Júnior.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1055

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Gengo Onuki, com 83 anos de idade.

O falecimento deixa viúva a Sra. Kichiko Onuki e sete filhos: Takechi Onuki Nakajima, Alice Toshie Onuki Kikuchi, Américo Tetsuo Onuki, Neusa Eiko Onuki Tanaka, Mário Onuki, Nair Kazue Onuki Kajiwara e Miguel Tsuyoshi Onuki.

À família enlutada as mais sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 1063

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar à família Langer, da cidade de Quatro Pontes, neste Estado, pelo falecimento do Sr. Ernesto Langer, no último dia 04 de maio.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos da família, diante da consternação, manifesta solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que as saudades e a ausência possam ser superadas com grata lembrança do exemplo de pai, de amor à família, ao trabalho e à comunidade que o Sr. Ernesto Langer deixou para todos nós. Virtudes admiráveis e só vistas em pessoas muito especiais e abençoadas.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dado ciência do mesmo à família enlutada, na pessoa do Vereador, Sr. Salézio Langer, via correspondência, a ser encaminhada à Rua Gaspar Martins, 610 - CEP: 85.940-000 - Quatro Pontes-PR.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) ELIO RUSCH

## REQUERIMENTO Nº 1054

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos

de congratulações ao município de Uraí, pelos seus setenta anos de emancipação política a ser comemorado no próximo dia 05 deste mês de maio.

A ocupação da gleba onde situa-se Uraí foi inicialmente realizada através de uma Companhia Colonizadora em maio de 1936.

Após o ciclo da madeira, veio o ciclo do café, predominando, posteriormente, a cultura do rami, o que lhe confere desde a década de 80 a denominação de Capital Mundial do Rami.

O município foi criado através da Lei Estadual nº 02, de 10 de outubro de 1947, sendo desmembrado de Assaí.

Cumprimentamos, pelas suas autoridades instituídas, toda a população desse valoroso Município.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 1058

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor e congratulações à valorosa Rita Plocharski, viúva do heróico Tenente Coronel da PM Pedro Plocharski, pela inauguração de mais um endereço de ação social: A Fundação de Ação Social Pedro Plocharski.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A valorosa Rita Plocharski, viúva do tenente coronel da PM, Pedro Plocharski, assinado por traficantes, transformou sua dor, ajudando o próximo, abriu uma fundação de ação social, na sua própria casa, junto ao Ceasa, em Curitiba, A Fundação de Ação Social Pedro Plocharski, para ajudar a salvar adolescentes do crack - flagelo da cidade. Também fornecerá refeições diárias para carrinheiros e catadores de papel e alimentos do mercado.

No endereço, onde antes viveu um anjo guerreiro, agora é servido o pão dos anjos, obra de misericórdia!

A viúva Plocharski eterniza a memória de seu marido com esta boa obra.

Já imaginaram como seria o mundo se a casa de cada vítima do tráfico virasse um endereço de ação social?

Seja este requerimento enviado à viúva Rita Plocharski, Rua João Amadeu Pedro Bom, 411 - Tatuquara - Curitiba/PR, CEP: 81.940-080.

## REQUERIMENTO Nº 1065

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado em Ata, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao CAT - Conjunto Amadores de Teatro de Jacarezinho que, em dezembro de 2005, comemorou jubileu de ouro.

Da vontade de um grupo de alunos do Colégio Rui Barbosa, nos idos de 1940, à concretização de uma idéia ousada, o Conjunto Amadores de Teatro - CAT nasce para confirmar a vocação cultural de Jacarezinho.

A contribuição do CAT na formação crítica da comunidade ultrapassou as fronteiras do município, influenciou gerações em todo o Norte do Paraná com as inúmeras apresentações nas cidades da região.

Em constante estado de ebulição teatral, a marca da agremiação protocolou a Jacarezinho presenças ilustres do mundo artístico que brindam a população com shows memoráveis.

O número de espetáculos produzidos pelo grupo transformou o gosto da população pelas artes e o palco do Conjunto de Amadores de Teatro foi o berço das Semanas da Cultura, dos festivais de música.

Mais do que construção de um espaço, o CAT construiu valores. O maior deles foi o de nunca desistir mesmo sabendo que, para os poucos que poderiam ergê-lo, tal idéia não passava de um sonho mirabolante. O caminho da teimosia levou à realização do mais tradicional baile do país, o Baile do Texas, que até hoje financia a administração do teatro.

E foi graças a um grupo perseverante que a cidade de Jacarezinho comemorou, no último dezembro, o jubileu de ouro do Conjunto de Amadores de Teatro. A todos que participaram desta empreitada os nossos agradecimentos: Alberto Foggiano Filho, Sidney de Oliveira Rezende, Geraldo Silva, Ivon D'Andrea Azevedo, Augusto Clariberto Foggiano, Estácio Marques Freire, Eufrásio Cavazzani, Tereza Tomás, Renita Botarelli, Margarida Corrêa e Silva, Gley Azziolini, Raimundo Gatz, Luiz Rui Rossito, Ramon Navarro, Ruth Guedes, Loude Imanobu, Valter Ferreira, Geronimo Parise, Demarice Melco Aguiar, Terezinha Franco, Paulo Roberto Ferrari, Dione Vidal Gentil, Dulcinéia Ferreira, Durte Costa e Antônio Henrique Mariano, Maestro Paulo Braga Diniz, Eyco Takahashi Selonk, Reinaldo Moraes Bessa, Cássia Ecley Rocha Faleiros, Alarico Rolim, Roberto Rocha, Oscar de Oliveira, Jayme Cazaroti e Reacy Botarelli Cazaroti, Geraldo Mendes e Yone Santana Mendes. *In Memórian*: Renato Azzolin, Tarcízio Negreiros César, Jofre Elias, Antônio Pereira, Antônio Teixeira Neto, Augusto Foggiano, Luiz Cezar Ribeiro, Giovanni Bianchi, Antônio João Telles, Dr. Arnaldo Setti e Otto William Nissel. Efusivos cumprimentos deste Deputado, dos demais Pares desta Casa de Leis, bem como da comunidade paranaense, consignando o reconhecimento de todos.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1059

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a egrégia Assembléia a inserção nos Anais da Sessão de hoje, para registro histórico de voto de lou-

vor em comemoração ao centenário de nascimento da venerável Irmã Antonieta Farani e homenagem à benemérita Congregação Passionista, responsável por diversas obras de promoção social no território do estado, sendo a mais notável. O Asilo São Vicente de Paulo, no bairro do Cabral em Curitiba, obra do Governador Caetano Munhoz da Rocha, atualmente abrigando 140 idosos.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Este ano de 2006 marca o centenário da ilustre curitibana, filha de tradicional família italiana da nossa capital, que viveu entre 29 de julho de 1906 e 7 de maio de 1963, tendo falecido em conceito de santidade, estando sua causa de beatificação em exame no Vaticano.

Independentemente do reconhecimento da Igreja Católica, quando vier a elevar a Irmã Farani à glória de seus altares, impõe-se que dela nos lembremos, como exemplo aos que vão nascer, e aos que aqui vivemos.

Seja este requerimento encaminhado ao Arcebispo de Curitiba, D. Moacyr José Vitti, Rua Jaime Reis, nº 369, Curitiba/PR, CEP: 80.510-010; ao Assessor Espiritual da Caridade São Vicente de Paula, Odair Miguel Gonçalves dos Santos, Av. Manoel Ribas, nº 2, Curitiba-PR, CEP: 80.510-020; à Ir. Visitadora da Província Vicentina de Curitiba, Ir. Paula Pereira Alves, Av. Manoel Ribas, nº 2, Curitiba-PR, CEP: 80.510-020; ao Pároco do Asilo São Vicente de Paulo, José Parecido Pinto, Rua Barão dos Campos Gerais, 970 - Curitiba/PR, CEP: 80.030-400; e ao Pároco da Igreja São Vicente de Paulo, Av. Jaime Reis, nº 552 - Curitiba-PR, CEP: 80.510-010.

#### REQUERIMENTO Nº 1060

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor e congratulações à competente empresária do ramo da hotelaria, Terezinha Parodi, que no último dia 26 de abril reassumiu a presidência da BPW, Associação de Mulheres de Negócios de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A Presidente da Iguassu Convention & Visitors Bureau - ICVB - Terezinha Parodi reassumiu, no último dia 26 de abril, a presidência da BPW, Associação de Mulheres de Negócios de Foz do Iguaçu.

Vale destacar que a hoteleira, Terezinha Parodi, é uma das fundadoras da Associação de Mulheres de Negócios de Foz do Iguaçu e vai assumir no lugar da atual Presidente, Raí Tavares. A solenidade de posse da BPW aconteceu no Restaurante Don Cabral, com a presença das empresárias mais bem-sucedidas da Tríplice Fronteira.

Nosso orgulho e nossas felicitações!

Seja este requerimento enviado a Terezinha Parodi, Av. JK, 469 - sala 202 - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.851-210.

#### REQUERIMENTO Nº 1061

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor e congratulações ao Centro de Projetos de Ensino e Pesquisa do Hospital Erasto Gaertner, na pessoa do Diretor Luís Negrão, pelo lançamento do livro Vinte Anos de Qualidade no Erasto Gaertner, no último dia 05 de maio, no auditório Antero Sadi Pizzatto do Hospital Erasto Gaertner.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Projeto de Ensino e Pesquisa tem como missão principal desenvolver, financiar e integrar educação e pesquisa. Deverá consolidar-se até 2010 como uma instituição líder na formação de pesquisadores e profissionais de saúde e no desenvolvimento de conhecimento para aprimorar os métodos de controle do câncer no âmbito clínico, científico, administrativo e social.

O Centro de Projetos de Ensino e Pesquisa tem por finalidade dar condições para a efetivação da missão do Erasto Gaertner através do desenvolvimento de conhecimento intelectual filosófico (humanismo), científico (ciência) e cultura (afeto).

O Centro de Projetos de Ensino e Pesquisa, lançou no último dia 05 de maio o livro Vinte Anos de Qualidade no Erasto Gaertner.

O Hospital Erasto Gaertner, endereço de bons serviços aos paranaenses de todos os rincões, já reconhecido como modelo nacional.

Neste mês uma equipe de dezesseis médicos e técnicos do famoso Hospital Sírio Libanês, centro de excelência médica da capital de São Paulo, vêm a Curitiba para conferir modelos de gestão e procedimento de software, fabricação de prótese e clínica médica, do nosso Hospital Erasto Gaertner.

Glória para a equipe médica paranaense!

Ponto para o diretor médico Luiz Negrão!

Seja este requerimento encaminhado ao médico e diretor Luiz Negrão, como também a toda equipe do Hospital Erasto Gaertner - Rua Dr. Ovande do Amaral, 201 - Curitiba/PR - CPE: 81.520-060.

#### REQUERIMENTO Nº 1038

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Eduardo Rafael da Veiga Neto.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.05.2006.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1039

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Pastor Charles José Kloc.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.05.2006.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1041

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Marcelo Marcos de Souza.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.05.2006.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1030

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, Dr. Jair Ramos Braga, solicitando do mesmo que determine a inscrição da denominação da Penitenciária Estadual de Maringá, nos termos da Lei 12.313, de 19 de agosto de 1998, cuja cópia segue anexa.

A referida penitenciária foi denominada Promotor Homero Neves Arruda, através de projeto de lei do ex-Deputado Joel Coimbra.

Trata-se de justa homenagem ao Promotor Homero Neves Arruda, que trabalhou na implantação do primeiro Conselho Tutelar do Brasil, fato ocorrido na cidade de Maringá, quando era Prefeito o Deputado Federal Ricardo Barros e a signatária era Presidente Voluntária do Provopar daquela cidade.

Requer, outrossim, seja promovida cerimônia com a participação dos familiares do Promotor falecido em 1997, reavivando essa importante homenagem.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1031

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao jornalista Francisco da Cunha Pereira, Diretor da RPC - Rede Paranaense de Comunicação, externando voto de congratulações em razão da campanha de preservação de matas ciliares.

Requer, outrossim, na condição de Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, seja promovida campanha contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Esta Casa pretende incentivar as denúncias contra as pessoas que abandonarem intelectualmente crianças e jovens. O Estatuto da Criança e do Adolescente, além do Código Penal, já tipificaram condutas prejudiciais ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Contudo, é fundamental que as denúncias existam para a atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1033

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Presidente da Câmara Federal, Deputado Aldo Rebelo, bem como ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, solicitando dos mesmos gestões no sentido da urgente aprovação da Lei Geral da Micro e Pequenas Empresas.

A matéria publicada na Revista Época, sob o título É Hora de Desburocratizar, da jornalista Adriana Monteiro Fonseca, bem demonstra a importância da aprovação da nova legislação, permitindo aos micro e pequenos empresários vislumbrar possibilidades de desenvolvimento, gerando empregos e renda.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1036

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente às seguintes autoridades: Sr. Governador do Estado, Roberto Requião; ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari; ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, Nemésio Xavier de França Filho; ao Sr. Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Paraná, Dr. Jorge Azor Pinto, solicitando providências

urgentes das autoridades militares para inibir o alto índice de criminalidade no município de Fazenda Rio Grande.

A população de Fazenda Rio Grande está em verdadeira polvorosa, pois dezenas de crimes estão sendo cometidos sem que nenhuma providência das autoridades policiais daquele município sejam tomadas.

Luís Carlos de Souza / Robson Bonfim de Souza (homicídio duplo), Reni Aparecido Candinho, Edson Carlos Pereira, Zíporas Duarte da Silva, Claudinei Inácio, Jeverly Cardoso Prestes / Everton da Luz (homicídio duplo), Edson Luiz da Luz / João Gomes Rodrigues (homicídio duplo); Ridalto Pires dos Santos Silva; Claudiomiro Gomes de Oliveira, Alípio Tadeu Balduino, Geovana Teixeira, Jaqueline Wesley de Lima, Valdir Dukman, são algumas das vítimas fatais da ação desses assassinos, somente no mês de abril e neste início de maio.

O mais revoltante dos crimes aconteceu no último dia 01 de maio no Jardim Santa Fé, de Fazenda Rio Grande, quando um garoto, marginal de onze anos de idade, tirou a vida de um adolescente de dezesseis anos, Alaércio Ferro da Silva. Como nenhuma providência foi tomada até o momento, a população resolveu fechar a rodovia BR-116, como sinal de protesto e revolta pelas mortes acontecidas.

Além disso, mais de 1600 inquéritos estão parados na Delegacia de Polícia de Fazenda Rio Grande, sem que qualquer providência tenha sido tomada.

Desta forma, resta-nos apelar às autoridades constituídas acima, para poder oferecer alguma segurança à população de Fazenda Rio Grande.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 1037

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretária de Estado da Administração e da Previdência, Exma. Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon, solicitando a contratação do Sr. Ivan Luiz Roque, que foi aprovado no concurso público para o cargo de motorista da Secretaria de Estado da Saúde.

Vale ressaltar que o mesmo alega não ter sido convocado para assumir o cargo, sendo excluído dos quadros por aquela secretaria. Portanto, solicitamos a reconsideração e a convocação do mesmo para que possa assumir suas funções.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1050

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais,



REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Diretor-Presidente da Copel, informações sobre o contrato firmado entre a Copel e o escritório de advocacia Pinheiro Neto, para que este assumisse a defesa da Companhia Paranaense de Energia em processo que contra ela foi movido pela El Paso Brazil, junto à Corte Arbitral de Paris. Informar a data do contrato, o valor total dos honorários estipulados, custos adicionais e juntar cópia integral do contrato, capa a capa, inclusive de eventuais termos aditivos.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI e BARBOSA NETO.

#### REQUERIMENTO Nº 1057

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, SOLICITA a esta egrégia Assembléia que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, com a proposta de solução de engenharia para a UEG de Araucária.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O mundo está caminhando para as energias renováveis.

O Paraná pode chegar antes. Basta vontade política.

Contrariamente a isto, no governo anterior (Lerner), a Copel contratou com a El Paso e a Petrobras a construção e operação de uma termelétrica UEG, em Araucária, que, ao longo de vinte anos, produziria o desembolso R\$ 3 bilhões, 456 milhões.

Esta discutível termelétrica é movida à gás natural (que se pretendia boliviano).

No Paraná, há a possibilidade de se fazer bioenergia, social e ecologicamente correta, com a gaseificação da biomassa (Projeto da Empresa Raudi Indústria Química e Comércio Ltda.), em locais como São Carlos do Ivaí, campos de cana-de-açúcar do noroeste, e termelétrica de Figueira (acoplada ao projeto, como usina de teste).

O processo de gaseificação desenvolvido pela Empresa Raudi Indústria Química e Comércio Ltda., pode fazer com biomassa tudo o que hoje se faz com petróleo, derivados de petróleo, gás natural e carvão.

É oportunidade histórica.

Trata-se, portanto, de uma solução energética para o Estado do Paraná e para o Brasil.

O Brasil é o país da biomassa e da bioenergia.

Em lugar do gás natural (boliviano) pode-se ter gás de síntese (brasileiro e renovável) produzido pela gaseificação do bagaço e palha de cana-de-açúcar - ou capim elefante paranaense - que pode ser queimado diretamente na turbina da UEG de Araucária.

Talvez precise de uma adaptação técnica, certamente mais barata, do que trazer o gás da Bolívia, ou deixar a usina parada.

A outra alternativa é com o gás de síntese, de bagaço e palha de cana-de-açúcar, produzirmos DME - Dimetiléter. Um combustível que substitui sem barreiras técnicas o gás natural, na termo-geração de energia elétrica, que está sendo amplamente aplicado no mundo pelas suas características ambientais e de emissões favoráveis.

Tem a Copel e o Governo do Paraná duas alternativas importantes para o chamado “pepino”, ou problema da UEG de Araucária, de compra proposta pela Copel.

Estas alternativas são apenas pequenos exemplos da aplicação da tecnologia de gaseificação de biomassa.

O gás de síntese de bagaço e palha de cana, é matéria-prima básica para:

- metanol, tipo cola de compensados e MDF ou em outras aplicações;
- amônia;
- diesel;
- gasolina;
- querosene de aviação;
- nafta;
- óleos lubrificantes.

Enfim, todos os petroquímicos podem ser substituídos por produtos bioquímicos.

Uma planta comercial, grande, completa, para produzir metanol, gerando um absurdo retorno de lucro para a Copel, precisaria de US\$ 55 milhões. Bem menos do que os US\$ 190 milhões que o Governo do Paraná vai desembolsar para comprar a UEG e livrar-se da trama da gestão anterior da Copel com a El Paso.

O que não se faz, não existe!

Seja este requerimento encaminhado à autoridade nominada, como também a toda Diretoria da Copel: Rubens Ghilardi, Presidente; Luiz Antônio Rossafa, Diretor de Gestão Corporativa; Ronald Thadeu Ravedutti, Diretor de Distribuição; Paulo Roberto Trompczynski, Diretor de Finanças e de Relações com Investidores; Assis Corrêa, Diretor Jurídico; Raul Munhoz Neto, Diretor de Geração e Transmissão de Energia e de Telecomunicações. Rua Cel. Dulcídio, 800 - CEP. 80420-170.

#### REQUERIMENTO Nº 1068

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Diretor Presidente da Copel, a complementação das informações solicitadas em requerimento desta Liderança da Oposição, no dia 03 de abril último, no que se refere à especificação da remuneração de cada um dos membros do Conselho Fiscal e do Conselho Administrativo da Sercomtel Celular, mês a mês, desde a posse até esta data, pagamento de jeton, e

ainda, o pagamento de diárias ou ressarcimento de despesas em razão de viagens.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(aa) ADEMAR TRAIANO, DURVAL AMARAL, LUIZ CARLOS MARTINS e BARBOSA NETO.

#### REQUERIMENTO Nº 1069

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que a Secretária Estadual da Administração e Previdência do Estado, Dra. Maria Marta Lunardon, informe a este Poder Legislativo se existe vínculo funcional, de qualquer natureza, entre os membros do Conselho Fiscal e do Conselho Administrativo da Sercomtel e o Poder Executivo Estadual, Administração Direta e Indireta.

Em caso positivo, quais os vencimentos, mês a mês, de cada um dos arrolados no Of. CODR-C/0538/2006/DFI, da Presidência da Copel, cópia em anexo.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(aa) BARBOSA NETO, DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI e LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 1070

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Sra. Vera Mussi, Secretária de Estado da Cultura, solicitando estudos e disponibilidade de recursos para a restauração da Igreja São Miguel Arcanjo, no município de Mallet.

A Igreja São Miguel Arcanjo constitui um monumento à cultura dos imigrantes ucranianos no Brasil, está localizada no município de Mallet, na Serra do Tigre. É a igreja em estilo ucraniano mais antiga existente no Brasil e possui uma réplica no Parque Tinguí, em Curitiba, no Memorial da Imigração Ucraniana.

A igreja ainda mantém toda a estrutura original com as seguintes situações:

- campanário: possui um campanário com dois sinos;
- hutsul: possui uma *aba* denominada hutsul, em estilo ucraniano, cuja função original, na Ucrânia, seria a de proteção da neve;
- cobertura: com telhas de madeira e barro;
- lampadário: o lampadário no centro da igreja é de vidro e iluminado por velas, fabricadas com o mel produzido na comunidade dos fiéis;
- mobiliário: possui um precioso mobiliário incluindo bancos, tabernáculo, púlpito e confessionário;
- imagens: possui diversas imagens originais, em especial a de São Miguel Arcanjo, São Nicolau e da Virgem Maria, anteriores a 1920;

- pintura: contém uma pintura de mais de noventa anos de São Miguel Arcanjo com inscrições em hebraico;
- tecidos: o altar é recoberto com tecidos bordados em estilo e motivos ucranianos.

A construção: foi construída em 55 dias, com gastos na ordem de 2.88 réis e executada pela comunidade. O material foi transportado por até cinco quilômetros em carroças e nas costas dos fiéis, por estradas em ascendente.

Dimensões: são das seguintes dimensões: altura de vinte metros; largura de quinze metros e comprimento de 12 metros.

A igreja já foi tombada como patrimônio histórico em 1982 sob o nº 179 - mencionada como a primeira Igreja de Rito Ucraniano no Brasil. Foi tombado também todo acervo pertencente à igreja.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 1034

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja endereçada correspondência ao Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, bem como ao Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, solicitando livros e enciclopédias, além de laboratório de Física, Química e Biologia, para o Colégio Estadual Professora Maria Gomes Bizerra, no município de Ubatã, conforme solicitação daquele estabelecimento.

A referida escola está passando por processo de reconhecimento do Ensino Médio e para a conclusão do processo necessita equipar a biblioteca e implantar os laboratórios de Física, Química e Biologia.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1066

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos moradores da Rua Presbítero Waldemiro Miguel Cidral - bairro Sítio Cercado, bem como dos pais de alunos do Colégio Estadual Sobral Pinto, localizado nesse bairro, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo no local.

Todo final de semana o colégio é invadido por ladrões que levam os pertences do mesmo, inclusive as janelas.

A presença de policiais certamente inibirá a ação dos ladrões e proporcionará segurança para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 1067

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado pedido de informação ao Secretário da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, sobre a reforma do Colégio Estadual Egídio Ballarotti, no município de Astorga-PR.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

## JUSTIFICATIVA:

Conforme informações recebidas em nosso gabinete, a comunidade e o corpo docente daquele estabelecimento alegam que parte das instalações não oferecem condições de atendimento aos alunos, necessitando de reformas urgentes, sendo que vários pedidos foram encaminhados à Fundepar.

**Projetos de Lei:**

## PROJETO DE LEI Nº 232/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Ikebana Ohara-Ryu de Londrina - Aciol, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

## JUSTIFICATIVA:

A Associação Cultural Ikebana-Ryu de Londrina - Aciol, foi fundada em 01 de setembro de 1966, tendo os seus estatutos sociais registrados no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da comarca de Londrina, sendo uma associação de direito privado, sem fins econômicos e sem distinção política, ética e credo religioso, tendo sua sede na Av. Paraná, 453, 8º andar, sala 803, do Edifício Sul Brasileiro, CEP. 86100-922.

Sua finalidade é promover o ensino, a pesquisa e divulgação da arte de Ikebana, estudo da sua filosofia e cultura espiritual na lide com as flores e plantas ornamentais através de cursos e treinamentos;

- promover pesquisas, conferências, exposições beneficentes locais, regionais, nacionais e internacionais, concursos, congressos, festivais, campanhas assistenciais e educativas na lide e na preservação da floral natural para o bem da coletividade;

- publicar, regularmente, ou quando oportuno, para distribuição gratuita, boletins informativos e orientações sobre a arte da Ikeban;

- promover atividades culturais, artísticas e beneficentes.

Sua diretoria não é remunerada, conforme prevêem os seus estatutos e a entidade é mantida através dos seus associados e através de doações e outras fontes.

Por esta razões, busco o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

## PROJETO DE LEI Nº 233/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Juranda o imóvel constituído pelo lote urbano nº 13 da quadra nº 182 com área de seiscentos metros quadrados (600m ) do perímetro urbano desta cidade, pertencente ao Estado do Paraná, matrícula nº 6.835, (livro nº 02 R.G.) 1º Ofício da Comarca de Campo Mourão-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) CLEITON KIELSE

## JUSTIFICATIVA:

A presente proposição, tendo em vista os mais diversos motivos nela contidos, justifica-se plenamente, eis que o mencionado imóvel será utilizado pelo município para futuras edificações que beneficiarão as áreas sociais, de saúde e educacionais, proporcionando aos municípios, melhores condições de vida.

Salienta-se, outrossim, por essencial, que o município é carente, não tendo condições, portanto, de arcar com os custos de aquisição do referido imóvel.

Pelos motivos já expostos, é que se objetiva a doação do mencionado imóvel ao município de Juranda, por ser medida de relevante valor social e que contrará, certamente, com a aprovação dos nobres Pares.

## PROJETO DE LEI Nº 234/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Ficam isentos do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, os automóveis de passageiros, com até 127 HP de potência bruta, quando adquiridos por:

I - pessoas portadoras de deficiência física visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por seu representante legal.

§ 1º Para a concessão do benefício previsto no artigo 1º é considerada também pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, neoplasia, tetraplegia, tetrapa-

resia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

§ 2º Para a concessão do benefício previsto no artigo 1º é considerada pessoa portadora de deficiência visual aquela que apresenta acuidade visual igual ou menor que 20/200 (tabela de Snellen) no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º, ou ocorrência simultânea de ambas as situações.

§ 3º Na hipótese do inciso I, os automóveis de passageiros a que se refere o *caput* serão adquiridos diretamente pelas pessoas que tenham plena capacidade jurídica e no caso dos interditos, pelos curadores.

§ 4º Os conceitos de pessoas portadoras de deficiência severa ou profunda, ou autistas será definido conforme estabelece o parágrafo 4º do artigo 1º da Lei Federal nº 10.690, de 16 de junho de 2003.

Art. 2º A isenção de que trata o artigo 1º dar-se-á desde que:

I - o benefício seja previamente reconhecido pelo Delegado Regional da Receita, mediante requerimento do adquirente.

II - o adquirente possua laudo de perícia médica, fornecido pelo Departamento de Trânsito do Estado - Detran - do município onde residir em caráter permanente, que especifique o tipo de deficiência.

Art. 3º A isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, de que trata o artigo 1º, somente poderá ser utilizada uma vez, ressalvados os casos excepcionais em que ocorra a destruição completa do veículo ou o seu desaparecimento, ou se o veículo tenha sido adquirido há mais de três anos.

Parágrafo Único. Não se exigirá o extorno do crédito fiscal nas saídas das mercadorias beneficiadas com a isenção prevista no artigo 3º.

Art. 4º O adquirente do veículo deverá recolher o imposto com atualização monetária e acréscimos legais, a contar da data da aquisição, na hipótese de:

I - transmiti-lo, a qualquer título, dentro do prazo de três anos da data da aquisição, a pessoa que não faça jus ao mesmo tratamento fiscal;

II - empregar o veículo em finalidade que não seja a que justificou a isenção.

Art. 5º O estabelecimento que efetuar a operação isenta deverá indicar no documento fiscal correspondente o número de inscrição do adquirente no CPF e entregar, à repartição fiscal a que estiver vinculada, até o 15º dia útil, contado da data da operação, cópia da 1º via do respectivo documento fiscal.

Art. 6º O Poder Executivo Estadual regulamentará esta lei no prazo de 90 dias a contar da data de sua publicação;

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A medida em questão visa a exigüidade do disposto no inciso XIV do artigo 24 da Constituição Federal, que cita que cabe ao Estado legislar concorrentemente sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

A sociedade brasileira, e em especial a paranaense, há muito precisa dar maior relevância à questão da deficiência física. Os portadores de deficiência física já carregam o estigma do preconceito e da incompreensão. Proporcionar a eles uma melhor qualidade de vida é um imperativo social.

Assim sendo esperamos o apoio para aprovação do presente projeto, que vem em prol de melhorar a vida daqueles que tão corajosamente a levam, apesar de toda a dificuldade imposta pela deficiência física.

PROJETO DE LEI Nº 235/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido em até 17 (dezesete) anos de uso o prazo de vida útil de veículo utilizado na execução de serviços especiais de transporte intermunicipal sob regime de fretamento contínuo, eventual ou turístico e de escolar.

Art. 2º O veículo com mais de 15 (quinze) anos de vida útil será submetido à inspeção veicular em estabelecimento determinado pelo DER - Departamento de Estradas de Rodagem, a cada 06 (seis) meses.

Art. 3º Os efeitos da presente lei extinguem-se em 02 (dois) anos a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Fica suspensa por 02 (dois) anos a partir da data da publicação desta lei a eficácia do parágrafo 1º do artigo 80 do Decreto nº 1.821, de 28 de fevereiro de 2000.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Embora o artigo 22, inciso XI da Magna Carta Federal estabeleça que é competência da União legislar sobre transporte, entenda-se que se trata de legislar sobre normas gerais de transporte, podendo assim cada Estado

criar leis ou normas relativas ao assunto para atender às suas peculiaridades.

Dessa forma, o Estado ou seus órgãos subordinados, como têm feito através de Decretos ou outras normas legais, podem criar dispositivos sobre o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no âmbito do seu território, não sendo vedada da mesma forma, ao Parlamentar, por preceito constitucional, a apresentação de proposição sobre a matéria.

Aqui no Paraná, o Decreto que regulamenta o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros fixa em quinze anos o prazo de vida útil dos veículos, em caso de serviços especiais, face a preocupação em garantir a segurança dos usuários.

Todavia, através do projeto de lei em apreço, para continuar garantindo a segurança dos usuários, propomos a redução do prazo da vistoria dos veículos de doze para seis meses, a qual será realizada por estabelecimento indicado pelo DER, podendo ser oficial como o Inmetro ou outro autorizado pelo Detran, que realize inspeção veicular, por exemplo, ficando ainda a empresa proprietária do veículo obrigada a preencher todos os requisitos exigidos pelo Decreto 1.821 de 28 de fevereiro de 2000, como contrato de seguro de responsabilidade civil, entre outros.

Gostaríamos ainda de salientar que no caso específico de transporte escolar, muito utilizado através de fretamento especial, a maioria dos ônibus são utilizados exclusivamente para essa finalidade, registrando portando, menor desgaste em comparação a outros veículos de transporte coletivo ou de serviços especiais, pois aqueles são utilizados somente durante o período letivo e na sua maioria em curtos percursos. Assim, devido ao pouco uso, ao atingirem quinze anos de vida útil, esses veículos encontram-se em perfeito estado e condições de uso, garantindo a segurança dos usuários.

#### PROJETO DE LEI Nº 236/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Seção de Transporte Aéreo Capitão João Busse, a Seção de Transporte Aéreo do Governo do Estado, e o hangar do Estado como Hangar Alberto Santos Dumont.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o projeto de lei com o objetivo de homenagear o primeiro aviador paranaense Capitão João Busse, no ano em que se comemora o Centenário do Vôo do 14 BIS.

Motivados pela visita de Santos Dumont, entre os dias 27 de junho e 09 de agosto de 1916, sargentos integrantes do então Regimento de Segurança, precursor da nossa Política Militar, mobilizaram-se numa campanha para angariar fundos para aquisição de aeroplano.

Da campanha, que teve início em abril de 1917, com a anuência do Comandante Geral do Regimento, Coronel Fabriciano do Rego Barros e do Governador do Estado, Dr. Affonso Alves de Camargo, resultou da compra do avião Borel, bi-place, batizado com o nome de "Sargento";

Dentre os alunos que integraram a Escola Paranaense de Aviação, fundada em 24 de março de 1918, destacou-se o Capitão João Busse, que viria a ser o primeiro aviador do nosso Estado.

O Capitão João Busse, nascido em 18 de março de 1886, em Votuverava, hoje Rio Branco do Sul, foi aluno e um dos fundadores da Escola Paranaense de Aviação e detentor de belíssima folha de serviço na Força Pública do Paraná.

Em relação ao Pai da Avião, Alberto Santos Dumont, seria desnecessário qualquer justificativa por nossa parte, para que esse ilustre brasileiro e mundialmente reconhecido, viesse a receber homenagem do povo paranaense.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 237/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Central das Associações Rurais do Distrito de Rio da Prata - CARP, com sede e foro no município de Nova Laranjeiras-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) ELTON CARLOS WELTER

#### JUSTIFICATIVA:

A Central das Associações Rurais do Distrito de Rio da Prata - CARP, situada na Rua Principal s/n - distrito de Rio da Prata - Nova Laranjeiras, fundada em 04 de agosto de 2001, sem fins lucrativos, tem por objetivo e princípio básico defender os interesses dos associados, promovendo a integração social, comercialização dos produtos de forma coletiva ou isoladamente, prestar serviços mercadológicos, bem como, promover a integração entre órgãos e entidades representativas.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humanitária e da solidariedade. (Lei Municipal nº 27 de 03 de dezembro de 2001).

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta matéria.

## ***Projeto de Lei Complementar:***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 231/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituída, em conformidade com o artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Cornélio Procopio, constituída pelos municípios de Cornélio Procopio, Santa Amélia, Bandeirantes, Santa Mariana, Leopólis, Uraí, Nova América da Colina, Nova Fátima, Ribeirão do Pinhal e Abatiá.

Art. 2º A Região Metropolitana de Cornélio Procopio, defenderá o interesse comum no âmbito metropolitano dos municípios que dela fizerem parte e a execução das funções públicas dele decorrentes dar-se-á de forma compartilhada pelos municípios e pelo Estado, devendo ser observados critérios de parceria definidos pelo órgão deliberativo do sistema gestor metropolitano.

Art. 3º A Região Metropolitana de Cornélio Procopio, terá um Sistema Gestor Metropolitano que compreenderá:

I - um Conselho Deliberativo constituído por 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade administrativa e técnica, nomeados por Decreto do Sr. Governador do Estado, entre as indicações feitas por cada um dos municípios integrantes a RMCP;

II - um Conselho Consultivo de Desenvolvimento da Região Metropolitana, formado por um representante de cada município integrante da RMCP, que trabalhará em conjunto com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano;

III - um Fundo de Desenvolvimento que será o instrumento financeiro para a Região Metropolitana.

Art. 4º A Região Metropolitana de Cornélio Procopio terá como interesses comuns de seus municípios:

I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico, social, ambiental e institucional;

II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviço de limpeza pública, bem como a coleta, o tratamento e o destino final dos esgotos sanitários;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transportes e sistema viário, o trânsito e o tráfego de bens e pessoas;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da população ambiental;

VI - execução de obras e a implantação, operação, modernização e manutenção do serviço público;

VII - Plano Diretor da Região Metropolitana;

VIII - Planos Plurianuais;

IX - Diretrizes Orçamentárias;

X - Orçamento anual;

XI - Políticas fiscal e tributária.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

### **JUSTIFICATIVA:**

Os municípios de Cornélio Procopio, Santa Amélia, Bandeirantes, Santa Mariana, Leopólis, Uraí, Nova América da Colina, Nova Fátima, Ribeirão do Pinhal e Abatiá possuem interesses comuns, por serem limítrofes a Cornélio Procopio e formam a única região urbana, cujos problemas e necessidades também são comuns a mais de duzentos mil habitantes, conforme estimativa do IBGE/Ipardes nas previsões para 2006.

Assim, as administrações municipais precisam se organizar de forma integrada e moderna para atender às reais necessidades de seus munícipes e garantir o crescimento ordenado de sua região, evitando-se o êxodo para os grandes centros, colaborando, ainda mais, com os problemas sociais e a marginalidade naqueles centros.

O caminho é a constituição de uma Região Metropolitana, à semelhança das que já existem no Paraná (Curitiba, Londrina e Maringá) oferecendo aos governos Estadual e Federal uma forma de planejamento harmônico, facilitando a melhor distribuição de rendas da parte do Estado.

O artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal prevê a criação, por parte dos Estados, dessas regiões metropolitanas, através de Lei Complementar: "*Os Estados poderão, através de lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum*". Já a Constituição Estadual, nos seus artigos 21, 22, 23, 24, 25 e 26 define as normas para a instituição e organização das regiões metropolitanas.

Os municípios citados neste projeto de lei complementar possuem uma vida econômica e social integrada, e visam o fortalecimento desses interesses através do incentivo para a implantação de indústrias, além do fortalecimento da sua tradição agrícola, e buscando um incentivo para o seu comércio e serviços que atendem as demandas que extrapolam os seus limites geográficos.

Este projeto de lei complementar, pretende oficializar e legalizar a Região Metropolitana de Cornélio Procopio proporcionando legalidade ao Governo do Estado para atender as reivindicações da RMCP no que se refere

a transporte, habitação, saneamento, educação, saúde, geração de emprego, esportes e lazer. São múltiplas as ações que podem ser desenvolvidas em comum interesse da comunidade.

Desta forma, justifica-se a criação da Região Metropolitana de Cornélio Procopio nessa proposição e por isso contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa, para a sua aprovação.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expedientes.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Liderança do PP.

(**Declina**)

Bloco do PP/PSDB.

Com a palavra o Deputado José Domingos ScarPELLini.

### ***Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos ScarPELLini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Existe uma ONG que se diz estar combatendo a pirataria e o crime de falsificação, apresentando-se como sendo do Ministério da Justiça. Tem esta ONG, um dos seus membros, por nome Luciano, que se apresenta em alguns lugares como sendo do Ministério da Justiça, que se apresenta como da PIC, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e aí assusta pequenos e médios empresários que trabalham com o ramo de pneus. Já estiveram em Pinhais, na região metropolitana de Curitiba e hoje em Foz do Iguaçu, assustando, prendendo pneus e dizendo que produtos falsificados e piratas têm que sair do mercado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que mais nos assusta é que esta ONG, representando as multinacionais do setor - porque ela é uma associação que se diz Associação Brasileira de Combate ao Crime de Falsificação e Pirataria, é composta, na sua essência, pelos dirigentes e pelas empresas fabricantes de pneus, as multinacionais a quem elas estão a serviço.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos encaminhando um requerimento à Mesa para que o Ministério da Justiça e a Polícia Federal tomem as providências.

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. pedisse à “galera” que está nas galerias para que respeitasse o meu direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito a compreensão dos senhores que estão nas galerias.

Vou fazer um apelo novamente aos Srs. Parlamentares: depois do pronunciamento do Deputado ScarPELLini, que entremos já na pauta para votarmos rapidamente a questão.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são centenas de pequenos comerciantes no Paraná que estão sendo ameaçados e perseguidos por esta tal ONG que se diz estar na defesa dos interesses dos consumidores mas, na verdade, estão na defesa das multinacionais que atuam no setor de fabricação de pneumáticos.

É neste sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estamos aqui, hoje, para nos pronunciar.

Gostaria também, Sr. Presidente, já que tenho dez minutos hoje, de usar todo o meu tempo.

Ia usar só cinco, agora vou usar a totalidade.

(**Tumulto no plenário**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou suspender a Sessão, aí não votamos nada!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

E quero, Sr. Presidente, neste momento, fazer uma denúncia contra um diretor da Ferroeste, Samuel Gomes dos Santos, que vem agredindo e humilhando as pessoas, lá no seu local de trabalho. Esse elemento, que não sabe respeitar um ser humano, escarrou na cara de um outro Diretor da Ferroeste. Cuspiu - como se fazia nos campos de concentração - no rosto de um outro colega seu de trabalho! Este dirigente, por nome Samuel, vem sendo mantido no seu cargo, apesar de todas essas coisas que vem fazendo, costumeiramente, nos gabinetes de trabalho da Ferroeste. Os gabinetes que deveriam ser um local de harmonia se transformaram em salas de tortura, pois o comportamento atípico desse cidadão foi objeto até do registro de uma queixa na Delegacia de Polícia, em Curitiba, onde o boletim de ocorrência registrou a agressão praticada por esse elemento.

Nós, aqui da Assembléia, não poderíamos deixar de pedir providências aos promotores que atuam nesta área, pois qualquer cidadão que cometa um deslize, por menor que seja, é indiciado e responde pela agressão sofrida. Aqui, no caso, este cidadão, Samuel Gomes dos Santos, nada, até o presente momento, sofreu, administrativa e criminalmente, pois continua a aprontar pelos corredores da empresa Ferroeste, como se aquela empresa pertencesse a ele e não ao povo do Paraná!

Então, neste sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos ingressar com um pedido de providências também para que sejam realmente apurados todos os motivos e responsabilizados aqueles que estão protegendo um tamanho desordeiro desse que está aprontando em nome do Governo do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, consumindo os dez minutos que temos direito, agradecemos o

comportamento das galerias e a atenção dos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

## ***Ordem do Dia***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 52 srs. Deputados.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida; Protocole-se; Publique-se no Diário da Assembléia e em avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa para providências.**

Projeto de lei complementar, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Deputado Pedro Ivo Ilkiv, para representar esta Casa de Leis no XX Encontro Nacional do MIEIB (Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil) e XII Encontro de Educação Infantil do Rio Grande do Norte, nos dias 10, 11 e 12 de maio de 2006, em Natal-RN. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1053, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, constante do expediente, solicitando que seja marcada uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***2ª Discussão (Votação em)***

#### **ITEM 01**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/06, fixando no âmbito do Estado do Paraná, o piso salarial, de que trata o inciso V, do artigo 7º da Magna Carta da República. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ E CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDA DE PLENÁRIO. PARECER DA CCJ.

Vamos votar inicialmente o projeto e depois teremos duas emendas para votar: uma da Comissão de Finanças, cujo parecer da Comissão de Constituição e Justiça foi pela inconstitucionalidade. Vamos votar inicialmente o projeto.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Solicito que a votação seja de forma nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. só pede em relação ao projeto ou às emendas também?

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Ao projeto e às emendas também.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Requerimento nº 1052, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando votação nominal para o projeto e emendas. **Aprovado.**

Solicito à 1ª Secretária Luciana Rafagnin, a chamada nominal.

Vamos votar o projeto.

Os que forem favoráveis ao projeto, SIM.

Os que forem contrários, NÃO.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Luciana Rafagnin**)

Deputado Pedro Ivo Ilkiv (PT) - SIM.

Deputado Augustinho Zucchi (PDT) - SIM.

Deputada Arlete Caramês (PPS) - SIM.

Deputado Nereu Moura (PMDB) - SIM.

Deputado Geraldo Cartário (PMDB) - SIM.

Deputado Elio Rusch (PFL) - SIM.

Deputado Reni Pereira (PSB) - SIM.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PMR) - SIM.

Deputado Ademar Traiano (PSDB) - SIM.

Deputado Ailton Araújo (PPS) - SIM.



Deputado Alexandre Curi (PMDB) - SIM.  
 Deputado André Vargas (PT) - SIM.  
 Deputado Antonio Anibelli (PMDB) - SIM.  
 Deputado Ângelo Vanhoni (PT) - SIM.  
 Deputado Artagão Júnior (PMDB) - SIM.  
 Deputado Barbosa Neto (PDT) - SIM.  
 Deputado Caíto Quintana (PMDB) - SIM.  
 Deputado Carlos Simões (PTB) - SIM.  
 Deputada Cida Borghetti (PP) - SIM.  
 Deputado Chico Noroeste (PL) -.....  
 Deputado Cleiton Kiele (PMDB) - SIM.  
 Deputado Dobrandino da Silva (PMDB) - SIM.  
 Deputado Duílio Genari (PP) - SIM.  
 Deputado Durval Amaral (PFL) - SIM.  
 Deputado Edson Strapasson (PMDB) - SIM.  
 Deputado Elton Carlos Welter (PT) - SIM.  
 Deputada Elza Correia (PMDB) - SIM.  
 Deputado Francisco Bühner (PSDB) - SIM.  
 Deputado Hermes Fonseca (PT) - SIM.  
 Deputado Jocelito Canto (PTB) - SIM.  
 Deputado José Domingos Scarpellini (PSB) - SIM.  
 Deputado José Maria Ferreira (PMDB) - SIM.  
 Deputada Luciana Rafagnin (PT) - SIM.  
 Deputado Luiz Accorsi (PSDB) - SIM.  
 Deputado Luiz Carlos Martins (PDT) - SIM.  
 Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro (PSDB) -  
 SIM.  
 Deputado Luiz Nishimori (PSDB) -....  
 Deputado Marcos Isfer (PPS) - SIM.  
 Deputado Mauro Moraes (PMDB) - SIM.  
 Deputado Miltinho Pupio (PSDB) - SIM.  
 Deputado Natálio Stica (PT) - SIM.  
 Deputado Neivo Beraldin (PDT) - SIM.  
 Deputado Nelson Garcia (PSDB) - SIM.  
 Deputado Nelson Justus (PFL) - SIM.  
 Deputado Padre Paulo Campos (PT) -....  
 Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL) - SIM.  
 Deputado Rafael Greca (PMDB) - SIM.  
 Deputado Ratinho Júnior (PPS) - SIM.  
 Deputado Renato Gaúcho (PDT) -....  
 Deputado Tadeu Veneri (PT) - SIM.  
 Deputado Valdir Rossoni (PSDB) - SIM.  
 Deputado Vanderlei Iensen (PMDB) - SIM.  
 Deputado Waldir Leite (PPS) - SIM.  
 Responderam a chamada 49 votantes. Quatro  
 ausentes.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convido a 1ª Secretária para proceder à segunda chamada dos ausentes.

#### A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Luciana Rafagnin**)

Deputados:

Chico Noroeste (PL) - AUSENTE.  
 Luiz Nishimori (PSDB) - SIM.  
 Padre Paulo Campos (PT) - AUSENTE.  
 Renato Gaúcho (PDT) - SIM.

Responderam a chamada nominal 51.  
 Votaram SIM!

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Inicialmente vamos votar uma emenda supressiva que suprime o artigo 6º do Projeto de Lei 02/06. É uma emenda da CCJ.

Peço ao Deputado Neivo Beraldin a dispensa de votação nominal dessa emenda, porque é só corretiva da CCJ. Se V. Exa. concordar.

#### O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Estou de acordo.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a Emenda nº 01. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

**Aprovada!**

Vamos votar, depois dos encaminhamentos, a emenda da Comissão de Finanças, que foi dado pela Comissão como inconstitucional.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, esta emenda, rapidamente, o encaminhamento dela, até porque a CCJ já votou pela inconstitucionalidade desta matéria e exatamente no mesmo dia a CCJ também aprovou um projeto encaminhado pelo Governador Roberto Requião, fixando em R\$ 580,00 o piso salarial dos servidores públicos do Estado do Paraná. E esta emenda está propondo em R\$ 437,80.

Portanto, além de inconstitucional, entendo que esteja prejudicada em razão da emenda encaminhada pelo Governo do Estado, em propor um salário maior do que a própria emenda está propondo.

Solicitaria aos Srs. Parlamentares que votássemos NÃO, respeitando o parecer da CCJ e ao mesmo tempo permitindo que seja aprovado o projeto, que já passou na CCJ, que dá um piso maior ao servidor público do Estado do Paraná.

#### O SR. DEPUTADO ELIO RUCSH (PFL) (**Para Discutir**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Assembleia Legislativa recebe uma Mensagem do Governador do Estado do Paraná, que institui o salário mínimo regional, amparado na Lei Complementar nº 103 e que regula o artigo 7º.

A Lei Complementar Federal diz que os estados pode legislar e instituir o salário mínimo regional. Para os funcionários que não têm o dissídio coletivo e não podem instituir o salário mínimo para os funcionários públicos municipais.

Pois bem, vamos lembrar à Casa o que eu já falei na imprensa: alertei o Governo e sua Bancada aqui na Assembleia Legislativa: diante da Lei Complementar e da Constituição Federal, que está clara, diz que o piso

salarial só pode ser instituído para funcionários que não têm o dissídio coletivo.

O que diz o parágrafo único do artigo 3º, e passou pela Comissão de Constituição e Justiça? O relator não viu a flagrante inconstitucionalidade desta lei. O parágrafo único, Sr. Presidente, Deputados, senhores da imprensa. *Parágrafo único - caso o piso salarial constante de acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho seja inferior ao valor do piso salarial estatuído por esta lei, será garantido ao trabalhador o pagamento do valor ora instituído.*

O que diz a Lei Complementar Federal? Art. 1º: *O piso salarial de que trata o inciso 5º. do artigo 7º da Constituição Federal, para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei, convenção ou acordo coletivo de trabalho: parágrafo único - a autorização de que trata este artigo não poderá ser exercido.*

É Lei Complementar Federal. E nós estamos votando uma lei estadual. Ela diz que: *este piso não poderá ser instituído no segundo semestre do ano em que se verificar a eleição para cargos de Governo do Estado.* Amplamente legal o que estamos fazendo neste momento. Só nos estranha, Srs. Deputados, que este projeto veio agora, no apagar das luzes...

#### (Manifestação nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Aqui o espaço é democrático. Temos que ouvir todas as partes. Peço a gentileza do Plenário.

O SR. ELIO RUCSH (PFL)

Lamento profundamente, Sr. Porque eu votei a favor do projeto. Mas, vou dizer para os senhores aqui presentes: a mesma coisa nós alertamos com a Lei dos Transgênicos no Paraná e foi derrubado no Supremo. Estou alertando, que isso é motivo de qualquer entidade entrar no Supremo e derrubar claramente isso aqui, esse parágrafo único, e só o tempo vai dizer se eu disse a verdade ou não. Então, não adianta jogar para a torcida, temos que ser realistas. E o que eu disse, estranho que esse projeto veio só agora, o último semestre do ano em que se verifica as eleições, começa agora dia 1º de julho, e estamos em maio; podemos dizer que veio no apagar das luzes, veio sim. E o que diz a nossa emenda? Disse muito bem o Deputado Caíto Quintana do vício da inconstitucionalidade dessa emenda.

Mas, Srs. Deputados, quem não tem passado não tem história, quem tem história é porque fez o passado, e nós temos que lembrar exatamente aqui na Casa que se fazem as leis, o senhor pode gritar o quanto o senhor quiser mas o meu direito o senhor não tira não.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço a compreensão, senão vou suspender a Sessão.

Está assegurada a palavra ao Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUCSH (PFL)

Sr. Presidente, pedi para discutir, tenho meia hora, gostaria que esse tempo fosse descontado cada vez que eu fosse interrompido. Não quero usar todo o tempo não, em absoluto, mas não posso admitir, quando vamos votar a favor de um projeto, pessoas que vêm aqui nas galerias e não respeitam aquilo que diz a legislação. Ela está clara. O senhor está sendo pago pelo Governo do Estado para estar gritando, deve ser pago pelo Governo do Estado, sim!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço os senhores que estão nas galerias para não se manifestar senão vou suspender a Sessão.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, tenho a certeza que vão se portar como devem. Agora, peço ao orador que usa a tribuna que não se reporte às galerias, Sr. Presidente, senão é provocação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está assegurada a palavra ao Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUCSH (PFL)

Deputado Natálio Stica, o maior respeito que voto a V. Exa., e V. Exa. pode olhar nas notas taquigráficas que em momento nenhum eu me manifestei depois que o Presidente chamou duas vezes a atenção das pessoas. Estou dizendo o que diz a legislação, Deputado Stica, porque amanhã ou depois vão dizer se aquilo que eu disse é verdade ou não é, como continua até agora. Aqui na Assembléia Legislativa, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, votamos recentemente, ora, não podemos esquecer isso, um projeto de autoria da Bancada do PMDB que visou o perdão das dívidas do Panela Cheia, totalmente inconstitucional também, que diminui a receita do Estado. Votamos, o Governador sancionou, ele podia ter vetado. Se nós aprovarmos cabe ao Governador do Estado do Paraná a sanção ou não, ele que pode argüir a inconstitucionalidade.

Agora, pergunto para os Srs. Deputados...

Presidente, é difícil falar realmente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está assegurada a palavra a V. Exa.

O SR. ELIO RUCSH (PFL)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Deputado Caíto Quintana, quando encaminhou contrário à emenda, ele disse que não se fazia necessário aprovar a nossa emenda, incluindo os funcionários públicos do Estado do Paraná, porque estaria compensado através de uma outra Mensagem que o Governador mandou aqui para a Assembléia Legislativa. Ora, Srs. Deputados, salário mínimo, Deputado Anibelli, é uma coisa; o piso social complementar é outra coisa. O salário mínimo

tem uma correção anual, o piso social complementar, Deputado Caíto Quintana, e V. Exa. sabe tão bem como eu e até melhor, nós já temos no Paraná, ele foi instituído em 2003, e ele está defasado. Se não houver uma correção no piso social complementar baixado pelo Governador do Estado do Paraná em quinhentos e oitenta reais, automaticamente daqui a dois, três anos, e com uma agravante Srs. Deputados, atentem bem, o que é que diz a Mensagem do Governo, do piso social complementar. Deve-se falar neste momento, porque fazem co-relação os dois. É um motivo de rejeitar a nossa emenda.

O que diz o piso social complementar de 580 reais: “considera-se remuneração para fins da presente *somatória, vencimento ou vencimento básico, o adicional por tempos de serviço e quaisquer outras vantagens*.”

Então, o funcionários que tem quinquênio, que pode receber até 30%, o funcionário que tem insalubridade, periculosidade recebe isso sobre o salário mínimo. E esse piso social complementar está incluso tudo. Todas as vantagens pessoais dos funcionários.

É por esta razão que não vamos aprovar o salário mínimo para os funcionários do Estado do Paraná! Pois bem, podem dizer que no Paraná não existe nenhum funcionário recebendo menos de 437 reais. Atualmente. E daqui a dois anos?

Sabemos que existem funcionários recebendo menos que o salário mínimo nacional, trabalhando em escolas, trabalhando no quadro-geral do Estado.

Se rejeitarmos essa emenda, que dizem ser inconstitucional, o funcionalismo daqui a dois, três anos, - se o piso social complementar tiver a sua correção anualmente, - estará defasado. Aí vocês vão dizer, naquele dia o Deputado Elio Rusch falou isso, e tinha razão! Então, por que não aprovamos?

Se quero fazer uma lei para os paranaenses, por que é que eu que sou autor da lei não faço valer para mim? Se os empresários têm que pagar o piso salarial, se os paranaenses têm que pagar para as empregadas domésticas, se os paranaenses têm que pagar para os funcionários que não têm dissídio coletivo, por que o Governador não institui para o seu quadro também?

Será que só quero fazer a lei para os outros cumprirem? E eu não preciso cumprir a lei?

Já disse numa ocasião, é a mesma coisa com o Código Nacional de Trânsito que regulamenta o trânsito no Brasil inteiro; se, você, paranaense, furar o sinal, será multado, se entrar na contramão, também. Agora, eu que sou autor da lei, para mim não acontece nada disso, estou imune. É isso que temos no Paraná, fazer a lei para o outro cumprir e eu não.

Cabe, sim, ao Governador do Estado do Paraná, vetar a nossa emenda ou sancioná-la. Nada impede que ele possa sancioná-la, como já sancionou tantas outras leis aqui nesta Casa que também tiveram vício de inconstitucionalidade.

Por que não aprovar essa aí? Por que não estender o benefício aos funcionários públicos do Estado do

Paraná? Talvez hoje todos recebam mais de 437 reais, mas quem garante que daqui a 3, 4 anos, se não tiver aumento no quadro-geral, esse piso social complementar não estará defasado, como ficou defasado através da Lei nº 14.161/2003? E essa lei votada nesta semana, estará defasada também.

A nossa emenda ao menos permite que os funcionários públicos estaduais possam ter a garantia, sim, do aumento, como a iniciativa privada tem. Porque não o Governo do Estado? Qual a co-relação que tem isso aí?

Srs. Deputados, com todo respeito que devoto a cada um dos 54 Deputados desta Casa, aprovamos, sim, muitas leis aqui na Assembléia Legislativa que têm vício de inconstitucionalidade. Lembro a última da Bancada do PMDB, do Partido do Governador do Paraná, quando entraram com perdão das dívidas do Panela Cheia. O Governador sancionou e isentou alguns agricultores. Essa também foi inconstitucional. Por que não aprovar, agora? Estender o benefício para os seus funcionários?

Espero, Sr. Presidente, que possamos ter o apoio dos Srs. Deputados em favor dessa emenda que visa, única e exclusivamente, estender o benefício para os funcionários do Estado do Paraná, a exemplo do que nós aqui, na Assembléia Legislativa, queremos instituir à iniciativa privada, para os empresários, para os paranaenses que têm contratado pessoas, tanto na área urbana como também na área rural.

Volto a dizer, mais uma vez, há flagrante inconstitucionalidade no parágrafo único, artigo 3º, que está tramitando, hoje, aqui na Assembléia Legislativa. Aprovamos a nossa emenda. Vamos, também, deixar bem claro o nosso voto favorável ao piso social complementar, porque tem o reflexo imediato e o salário mínimo terá reflexo daqui a um, dois, três anos.

Espero que eu tenha, ao menos conseguido transmitir para os Srs. Deputados a essência principal do objetivo dessa nossa emenda.

Obrigado!

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Pela Ordem)**

Quero fazer uma pergunta, até para não incorrer-mos no mesmo debate que está havendo, hoje, depois da primeira votação que fizemos, aqui, sobre o nepotismo.

Ouvi atentamente a exposição do Deputado Elio Rusch, e quero só lhe fazer a pergunta para ver como é que V. Exa. entende. Recebi a informação de que essa preocupação de estender o piso social para os funcionários públicos poderia excluir o objetivo da Mensagem enviada pelo Governo, que estabelece um piso a eles.

Gostaria de saber de V. Exa.: em aprovando essa emenda do Deputado Elio Rusch vai ficar prejudicado o projeto encaminhado pelo Governador, porque versam as duas coisas sobre o mesmo assunto?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só respondendo a V. Exa.: a Mensagem do Governador é um projeto à parte e, no devido momento, vai ser votado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há um conflito em plenário e de alguns Parlamentares, porque temos um anteprojeto de lei que fixa o piso social complementar em R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais) que chegou a esta Casa, na semana passada, e que deveremos votar, que atende à categoria dos servidores públicos, Deputado Caíto.

Há alguns Parlamentares questionando essa emenda do Deputado Elio Rusch. Entre as muitas categorias em que fica fixado o salário em R\$ 437,80 (quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta centavos), o Deputado Elio Rusch quer, na sua emenda, acrescentar entre as categorias que já estão aqui a garantia aos servidores públicos. Nada mais do que isso.

Alguns Parlamentares estão nos questionando: Se votarmos o piso para os servidores públicos encaminhados pelo Governador, não estaremos prejudicando votando a emenda do Deputado Elio Rusch?

Não. Não estaremos prejudicando os servidores públicos, porque vou procurar ser didático aqui, desculpe-me se não for bem compreendido. Estamos fixando em R\$ 437,00 para os servidores públicos também tiradas as vantagens. Porque senão, o que está acontecendo: o Governo do Paraná, depois de três anos e meio lembrou que precisa fixar o salário mínimo dos trabalhadores do Paraná. Claro que *antes tarde do que nunca*. Há uma velha máxima que diz isso.

Mas, lembrou agora, olhando no horizonte, dia 1º de outubro, as eleições de Governador. Por que essa lei já está em vigência neste país há mais de quatro anos e lembramos agora de fixar o salário mínimo? E o Governo é traído no seu próprio projeto. Ele fala de todas as categorias dos trabalhadores paranaenses e esquece dos seus servidores, de quem ele paga. Porque é muito fácil você fazer continência com o chapéu alheio.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito às galerias para não se manifestarem. Quanto mais se manifesta, mas demorado vai ser o processo de votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não me preocupo com a galeria. Preocupo-me, quero até me reportar aos trabalhadores com todo o respeito, estou vendo que tem trabalhadores, sindicalistas, vocês têm toda razão de estarem aqui reivindicando e pressionando para que os municípios votem.

Concordo, e a Oposição está votando. O que não posso admitir, Sr. Presidente, é que quem está gritando da galeria não são os representantes dos Sindicatos. São

DAS do Governo que estão aqui para fazer jogo do governo. Não tenho dúvida.

Quero dizer aos sindicalistas: esses DAS que estão aí, em nenhum momento lembraram, como lembrou o Deputado Elio Rusch, de incluir no projeto do Governo, os servidores públicos.

Estamos preservando. Por esta razão não cabe a vaia aos Parlamentares que estão encaminhando favoravelmente à emenda, porque foi um ato falho do próprio Governo. Se o Governo quer atender a todas as categorias que hoje trabalham neste Estado, por que não estendermos aos servidores públicos estaduais? Nada mais justo. Se o Governador está atribuindo, mandando esta Mensagem para esta Casa para votarmos o piso salarial, queremos também que os servidores sejam atendidos.

Por que razão? Deputado Augustinho Zucchi, espero esclarecer a sua dúvida. Porque se não fixarmos o piso salarial aos servidores públicos como de todas as categorias que estão incluídas nesta emenda e no projeto do Governo, pode acontecer que servidores públicos irão ganhar menos que o salário mínimo fixado, porque o Governo considera que os adicionais já fazem parte do salário.

Queremos dizer que o salário mínimo do servidor público é R\$ 437,00, descontado todos os adicionais. Por eventualidade um servidor tem R\$ 100,00 de adicional se você diminuir do seu salário, ele poderá ficar com o piso menor, inferior ao salário mínimo fixado por esta Assembleia. Tenho certeza absoluta que a emenda do Deputado Elio Rusch corrige essa distorção e lembra o Governo que os servidores públicos também fazem parte de uma categoria que precisa ser atendida. Por essa razão, pedimos aos Srs. deputados que aqueles que querem, na verdade, aprovar um salário mínimo a todas as categorias, devem votar a emenda do Deputado Elio Rusch.

Para encerrar o meu encaminhamento, Sr. Presidente, gostaria também de deixar aos sindicalistas, e desculpem-me aqui, o Deputado Stica não tem o desejo que nos dirijamos aos sindicalistas. Mas, temos que nos dirigir a vocês, porque vocês são o elo de ligação entre o Poder Legislativo e os trabalhadores. Há um problema gravíssimo neste projeto do Governo e vou fazer um alerta e depois, no futuro, os senhores vão observar que o Deputado Rossoni estava falando a verdade. Estive pela manhã com uma banca de advogados, conversando sobre esse projeto do Governo, porque acho muito estranho, depois de três anos e meio, às vésperas das eleições, chegar aqui. Os advogados constitucionalistas nos disseram o seguinte: e não é a minha palavra, porque estamos votando favorável, mas cuidado com esse projeto, porque há constitucionalistas. Não sou eu quem digo, não atribua a mim, mas há constitucionalistas dizendo que esse projeto do Governo está eivado de inconstitucionalidade e é apenas uma jogada de marketing e uma jogada política para quem está se fixando apenas em 1º de outubro, quando teremos eleição.

Então, deixo essa ressalva. A Bancada de Oposição vai votar favoravelmente a esse projeto, mas deixamos um alerta: a armadilha está no próprio projeto. Então, o que estou fazendo é apenas um alerta, que se esse projeto tiver inconstitucionalidade, qualquer Associação Comercial ou Industrial vai entrar na Justiça e vai derrubar todo esse nosso trabalho.

Por essa razão deixo aqui esse alerta. Deus queira que os constitucionalistas estejam errados e que não estejamos fazendo o papel de quem está vendo, não o interesse dos trabalhadores, mas, sim, o interesse eleitoral.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra o Deputado Dobrandino da Silva, para encaminhar.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para responder ao Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição e meu amigo, a quem respeito, mas não posso concordar com todas as suas posições. Para fazer justiça, Deputado Rossoni e nobres Deputados, este Governo, sem projeto de lei nenhum, desde que estimulasse aumento de salário e V. Exa., Deputado Rossoni, deve concordar comigo que desde o início do seu mandato vem fazendo, na verdade, uma revolução no quadro de funcionários. O primeiro ato do Governo, em termos de aumento de funcionários, foi o projeto dos professores, Srs. Deputados, e não tinha lei nenhuma e nem eleição. O Governo fez, porque sabe que por oito anos do Governo passado, ficaram congelados os salários dos seus servidores. Há poucos dias aprovamos aqui na Assembléia Legislativa, Deputado Valdir Rossoni, o projeto de aumento dos servidores da Polícia Civil e da Polícia Militar. Não tinha eleição. Não tinha projeto nenhum estimulando isso.

Então, o Governo, - eu acho que é injusto quando V. Exa. fala que o Governo está mandando projeto que regulamenta o salário porque tem eleição. Isso não é verdade. Desde o início o nosso Governo vem corrigindo os oito anos que no Governo anterior ficaram congelados. Então, acho que quando V. Exa. coloca, na verdade, isso aqui é história de constitucionalidade, se é ou não, eu respeito, mas não quero entrar nesse mérito, mas dizer que o Governo Requião está fazendo, corrigindo essa injustiça com os funcionários porque tem eleição, isso não é verdade porque desde o início o Governo vem trabalhando nessa direção.

Então, quero pedir aos Deputados da Base do Governo, em função de já ter um projeto de lei do Governo que determina 580 reais para o funcionalismo público, vamos votar contra essa emenda do Deputado Elio Rusch, que, com certeza, nos próximos dias já estará em andamento votando a Mensagem do Governo que reajusta o salário dos funcionários do Governo do Estado. E, se precisar, na frente, Deputado Rossoni, espero que este

Governo de hoje possa continuar no próximo ano, se precisar vir a outra lei para reajustar também, se for necessário, o funcionalismo público do Estado.

Muito obrigado.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu ouvia o Deputado Elio Rusch e o Deputado Valdir Rossoni encaminharem a respeito da inconstitucionalidade. A Constituição Federal permite piso salarial estadual, é aquilo que o Governo está fazendo. A emenda do Deputado Elio Rusch prevê o mesmo valor do salário que está sendo estipulado para os servidores da iniciativa provada para o servidor público sob uma série de alegações que, na verdade, não me convencem, Deputado, porque o Estado há muito tempo paga mais de quatrocentos e trinta e sete. Agora, recentemente, esta Casa ainda votou o Quadro Geral, onde incorporou os benefícios que se tinha nos salários e que passou a ser piso salarial.

Mas, a minha questão de ordem é pelo seguinte, Sr. Presidente, porque acredito que esse projeto não seja de Situação nem de Oposição, é um projeto que a Assembléia Legislativa vai votar. Sugiro, Deputado Elio Rusch, e Deputado Valdir Rossoni, que, nós, para mostrarmos a seriedade e o interesse do Governo em fixar um piso maior de 580 reais, o piso salarial do servidor público, não há porque essa discussão, vamos encaminhar um requerimento transformando o Plenário em Comissão Geral. Votamos nas Comissões o projeto do Governo, de 580, e votamos já o aumento de 437 para 580 para garantir aquilo que a Oposição quer ao salário dos servidores públicos estaduais.

De nossa parte, da Bancada de Apoio ao Governo, topamos votar imediatamente a Mensagem do Governo fixando em 580 reais o piso do servidor público estadual.

**(Aplausos)**

**O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, só para deixar clara uma questão, porque levantaram uma dúvida agora aqui na plenário: caso fosse aprovada a emenda da Comissão de Finanças, se o funcionário público do Estado do Paraná cairia em prejuízo em relação ao piso social complementar? Não. Em absoluto, não, porque esse piso social complementar é um abono que automaticamente o Governador está estendendo nesse momento através desse piso social complementar. Isso aqui você vota hoje. Vota quando, de novo, daqui a dois, três ou quatro anos?

A Assembléia já votou este salário uma vez em 2003 - ele está fixado em 400 reais pela lei aprovada em 2003. Se não tivéssemos esta lei e eu entendo que o Governador do Estado do Paraná só enviou esta mensagem para a Assembléia na quarta-feira, minutos antes de votarmos a constitucionalidade desta lei, para desclassificar exatamente a nossa emenda e com isto, sentimos claro que os Deputados estão usando que 580 é

maior que 437 - ora, todos sabemos disto, mas o piso salarial do Estado do Paraná, 437, ele terá uma correção como o salário mínimo no Brasil, todo ano. Agora, o piso salarial complementar, Srs. Deputados, ele não tem aumento tem que fazer uma nova lei, ele ficará defasado. Acho que fui claro nesta tribuna, Sr. Presidente, quando disse que o piso social, o piso social complementar, daqui a dois ou três anos poderá estar defasado, abaixo do salário mínimo, porque o salário mínimo é o salário básico que se paga para o funcionalismo e sobre este salário mínimo que é proposto por 437 reais, incide exatamente as vantagens pessoais dos funcionários e nesse piso social complementar está tudo incorporado nisso aí.

Tenho feito um cálculo, Deputado Traiano, me dê, por favor, para esclarecer aos Srs. Deputados, vejam aqui: um funcionário público estadual recebendo 437 reais, o piso salarial que estamos votando do Governador do Paraná, não o piso social complementar, o piso salarial que chamamos de salário mínimo, 437 reais, o funcionário público tem quinquênio, limitado, no máximo, em 30% - o funcionário que trabalhou trinta anos terá um adicional de 131 reais. Dependendo de onde trabalha, terá uma outra gratificação de insalubridade ou periculosidade que pode chegar a 50% que pode chegar a 218 reais - somando essas vantagens esse funcionário teria um salário de 788 reais. Então 788 reais é maior do que 580. Mas já disse claro - vamos votar a emenda da Comissão de Finanças que estabelece exatamente o salário mínimo garantido e corrigido anualmente e o piso social complementar nada mais é do que um abono que estamos votando. É isto que está acontecendo aqui na Casa. O piso social complementar é um abono para o funcionalismo que recebe menos do que esse salário, com todas as vantagens. Inclusive diz esta lei que vamos discutir depois no seu mérito, inclusive é contraditório o artigo 2º com o último artigo, porque diz que o piso salarial se estende também, Deputado José Maria, o piso social complementar para os ativos e inativos e no outro artigo diz que você não pode levar isto para os inativos.

Então, acho que fomos claros, Espero que possamos votar as duas - a emenda e também o piso salarial complementar.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Processo de votação. Como foi aprovado anteriormente, será feita a votação nominal.

Os que forem favoráveis ao parecer da Comissão de Constituição e Justiça que deu pela inconstitucionalidade da emenda, votarão SIM.

Os que forem contrários, votarão NÃO.

**O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)**

Salientamos que o parecer deu favorável à emenda do PPS e contrário à Comissão de Finanças.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Não. Estamos votando uma emenda agora, nobre Deputado. Estamos votando uma emenda do Deputado, da Comissão de Finanças. Não votando a emenda do PPS agora.

**O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

Mas o parecer foi conjunto na CCJ.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Não será votado conjuntamente. Será isoladamente. A emenda do PPS é uma coisa e a emenda da Comissão de Finanças é outra. Estamos votando a emenda da Comissão de Finanças que a Comissão de Constituição e Justiça foi contrária.

Então, os Srs. e Sras. Deputados que forem favoráveis à decisão da CCJ votarão SIM, os contrários NÃO.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)**

Eu já me posicionei contrariamente ao Deputado Elio Rusch. Então, pela explicação que V. Exa. nos coloca, peço à Base que vote SIM à emenda com a CCJ.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

SIM ao parecer da CCJ, que rejeita a emenda do Deputado Elio Rusch, os favoráveis à Emenda do Deputado Elio Rusch, têm que votar NÃO.

**O SR. AILTON ARAÚJO (PPS) (Questão de Ordem)**

Sr. Presidente, para esclarecimento. Estamos votando a emenda ou o parecer da CCJ?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

O parecer da CCJ, se for aprovado, automaticamente está rejeitada a emenda.

**O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Questão de Ordem)**

Sr. Presidente, estamos votando o mérito, não a constitucionalidade, é isso?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Estamos votando o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, presidida por V. Exa.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)**

Procede à chamada nominal, em aberto, dos Srs. Deputados.

Trinta e oito votos SIM.

Treze votos NÃO.

Dois ausentes.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está rejeitada a emenda e aprovado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Deputado Elio Rusch com a palavra.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para ficar bem claro aqui na Casa, e ficar registrado nos Anais da Assembléia, para que amanhã ou depois não sejam interpretados erroneamente, ou seja, colocado sobre nós, os Deputados que votaram a favor dessa emenda. Essa emenda visava única e exclusivamente a inclusão dos servidores públicos estaduais, no piso salarial instituído através da mensagem que estamos votando.

Os Parlamentares da Assembléia Legislativa, por unanimidade, votaram a Mensagem do Governador. Por unanimidade, nem um voto contra. O que queríamos - e a Comissão de Finanças entendeu dessa forma - é que fosse estendido esse benefício, também para os funcionários públicos estaduais do Paraná. Esse foi o único objetivo. Somos democratas e respeitamos a decisão da maioria na Assembléia Legislativa.

A maioria, dos Srs. Parlamentares entenderam que esse benefício deveria ser estendido, única e exclusivamente, para os funcionários dos empresários e da iniciativa privada e não incluir os funcionários públicos estaduais.

Teremos que aceitar a vontade e o voto dos Srs. Parlamentares.

Registrar também, Sr. Presidente, a presença do ilustre Chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro, que está acompanhando todas as votações polêmicas do Paraná e que acompanha aqui na Mesa e bem de frente para os Parlamentares que votam a favor e que votam contra.

Obrigado pela sua presença, Rafael Iatauro.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos analisar agora. Vamos entrar na discussão e no encaminhamento da emenda do PPS, que teve parecer favorável na CCJ.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Pediria, Sr. Presidente, que tivéssemos uma avaliação tranqüila, serena, dos Srs. Deputados e dos senhores e senhoras que estão nas galerias, a respeito dessa emenda.

Eu até entendo a Bancada do PPS, quando apresenta uma emenda garantindo em 1º de maio de 2007, como nos próximos dize anos subseqüentes, um aumento real de 7% no salário dos trabalhadores.

Tenho acompanhado, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, ao longo de uma vida inteira de política, as reivindicações das próprias centrais sindicais, quando do período que antecede o dia do trabalho, o dia 1º de Maio, e todas as vezes a recuperação salarial brasileira é destacada para solicitar índices bem mais altos aos trabalhadores da iniciativa privada do nosso País.

Os cálculos do Dieese mostram que o Brasil é um dos países que menor salário mínimo paga aos seus trabalhadores. Também demonstram que deveríamos estar

variando entre hum mil e duzentos, hum mil e trezentos reais de salário mínimo para podermos acompanhar os valores fixados quando da sua instituição. Se entendo a emenda, não concordo com ela. Porque no instante que estamos fixando, por um projeto de lei, um aumento de 7% no salário mínimo do trabalhador do Estado do Paraná por um período de doze anos, estamos engessando as lutas sindicais por um aumento maior. Estamos defendendo o parágrafo 2º para que não seja contestado sobre ele depois. Ele diz *“Fica o Poder Executivo autorizado a fixar percentuais de aumento superiores decorrentes da aplicação dessa lei, observadas as políticas de emprego e renda definidas pelo Governo”*. Se esse artigo 2º faz uma ressalva, o artigo 1º faz uma definição de aumento para doze anos.

A política econômica, a política salarial brasileira, a luta dos trabalhadores pelos seus aumentos salariais ultrapassam a expectativa dessa lei que estamos votando na Assembléia agora e ultrapassa e longe, a expectativa de um aumento real de 7% ao ano. Isso significa que estaríamos, por lei, embora tenhamos um destaque no parágrafo 2º, mas por lei, esta Casa estaria dizendo que daqui a doze anos na frente, a cada ano, teríamos já fixado na lei um aumento de 7%.

Vejo aqui presente bandeiras da CUT, da Força Sindical, de um Sindicato novo que está se formando, vejo os trabalhadores representantes das suas categorias, e esses trabalhadores, presidentes de sindicatos e centrais sindicais sabem perfeitamente que a luta do trabalhador vai além de 7% ao ano em cada uma das suas jornadas por aumento salarial. Não seria a Assembléia Legislativa, neste momento, que iria dizer que teremos um aumento de 7% além da inflação durante treze anos, aos trabalhadores do Estado do Paraná.

Creio na boa vontade, no desejo de contribuir para a garantia de um acordo salarial, mas creio na luta dos trabalhadores também, ano a ano, para a recuperação do seu salário que está defasado. E a luta por um aumento maior se sucede a cada ano. Não podemos oferecer referencial para que os trabalhadores tenham antecipadamente uma fixação, que lhes engessa ou pelo menos lhes priva a garganta de pedir mais, de lutar por mais, recuperar mais.

Por isso, gostaria que a Bancada de Sustentação, a Bancada do Governo e a Bancada da Oposição, entendendo que essa luta é uma luta do dia-a-dia, uma luta de ano-a-ano, uma luta de todas as entidades, ela deva ficar aberta para lutas cada vez mais para a recuperação salarial. Por que 7% em maio do ano que vem? Por que não podemos lutar por 10%? Por que não deixamos que as categorias decidam entre elas qual é o limite da sua luta, da sua batalha, da sua solicitação, daquilo que ela quer para a recuperação salarial? Quem nos diz que não podemos ter inflações baixas nos índices apresentados pelo Governo, mas nos supermercados um aumento muito maior como tem acontecido nos dias de hoje. E estaremos dizendo, meu nobre amigo e companheiro Ratinho

Júnior, que o *caput* da lei está falando em 7% em cada ano. Deixa uma abertura para que o Governo possa dar mais. Mas já está fixando em 7%. E esta luta, acho que é uma luta que tem que ser feita pelos sindicatos, pelas centrais, em cada ano, para que o salário mínimo possa ser recuperado.

Por isto, entendendo que os representantes sindicais, que os representantes de centrais sindicais que aqui estão, que os Deputados que aqui estão e que participam de lutas em favor da melhoria do salário do povo brasileiro, entenderão porque nos posicionamos contrários a esta medida. Não para que não aprove os 7%, mas, pela liberdade que os sindicatos e as centrais possam ter, de lutar pelo salário que julgarem justos, nas suas convenções e nas vésperas daquilo que é tradicional do país, de no dia 1º de maio se dar o aumento salarial. Não se pede menos. Deixa-se as portas abertas para pedir mais.

Muito obrigado.

**O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caras trabalhadoras e trabalhadores aqui presentes nesta data importante.

Na verdade, acredito que o Deputado Caíto Quintana interpretou de maneira equivocada nossa emenda. E deixar bem claro que a emenda que fizemos, que foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, veio com parecer favorável do relator, o Deputado Hermes Fonseca, do PT. Esta emenda foi discutida no Partido, no PPS, com militantes, com sua Bancada. Tivemos representantes da força sindical, como o seu Vice-Presidente, que esteve presente naquela reunião, o Vereador Manassés, que votou favorável, inclusive, sobre esta emenda. Mas, é bom deixar bem claro o seguinte: o projeto do Governo do Estado, hoje, sem essas emendas, não traz nenhuma garantia de critério de reajuste anual deste salário mínimo.

O que nossa emenda está fazendo? Estamos fazendo, dentro dos dados do Dieese, que esteve conosco discutindo os percentuais que seriam razoáveis para o aumento salarial, para que não houvesse defasagem salarial. Por quê? Porque poderia ser aprovado um projeto de lei do Governo do Estado este ano, e o ano que vem, se entrasse um outro Governo ou se mesmo fosse reeleito, poderia ficar três, quatro, cinco anos sem fazer um reajuste. Então, isto aqui é para justamente dar o mínimo de reajuste salarial anual, coisa que o Brasil não tem conseguido fazer desde a década de 40, quando Getúlio Vargas fez a CLT.

Então, é para assegurar aos trabalhadores do Estado do Paraná que no mínimo eles terão 7%, todos os anos, de reajuste. Mas, no artigo 2º da nossa emenda, deixa-se bem claro que se o Governo do Estado quiser dar mais que 7% de reajuste salarial anual para os trabalhadores, ele pode, como fez o Presidente Lula, este ano, que deu 15%. O que o Governo não vai poder fazer é dar

menos de 7%, ou não dar nada. De qualquer maneira, ele vai ter que dar este reajuste de 7%.

Então, foi de uma maneira equivocada que o Deputado Caíto Quintana entendeu e interpretou esta emenda. Ela vem para assegurar que não haja defasagem salarial para os trabalhadores e que no mínimo haja um reajuste de 7% nos seus salários. Por que isto? Porque em doze anos, de acordo com o Dieese, chegaríamos ao patamar de 1300 a 1500 reais no salário mínimo dos trabalhadores do Estado do Paraná.

Por isso, esta emenda é uma emenda importante, é uma emenda que não vai deixar que os trabalhadores fiquem sem reajuste anual. Peço, lógico que tanto a Oposição quanto os Deputados do PMDB, do PTB, do PL, do PSB, do PPS, o PT já se pronunciou favorável - uma boa parte do PT - porque esta emenda é emenda aos trabalhadores que vai assegurar que eles terão aumento. Nenhum ano, se esta emenda for aprovada, eles ficarão sem aumento. O Governador, se quiser, dá 15%, dá 20%. Ele pode. Mas, se não quiser, ele vai ter que dar 7%, no mínimo.

Muito obrigado.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos encaminhando esta emenda de autoria do PPS, Deputada Arlete, Deputado Waldir Leite, Deputado Marcos Isfer, Deputado Ratinho e Deputado Ailton Araújo, como Líder da Oposição, contrários a essa emenda. Pela seguinte razão, Sr. Presidente: a minha preocupação - coerência não faz mal a ninguém - o Brasil não está precisando de um salvador da Pátria, o Brasil está precisando de um bom gerente, e o bom gerente é aquele que administra com responsabilidade, e por esta razão vamos nos posicionar contrários a essa emenda porque nós, Parlamentares, Deputado Vanhoni, estamos aqui para legislar, não será sacrifício nenhum no ano que vem, quando o próximo Governo encaminhar a esta Casa, apreciarmos um novo salário mínimo para o Paraná. Por que vamos antecipar algo, prever um aumento real em 0.7% quando não sabemos o que vai acontecer com a nossa economia? Temos que unir o útil ao agradável, temos que trabalhar com responsabilidade, senão daqui a pouco a Bancada do PPS entra com um aumento em doze anos, daqui a pouco a Bancada do PDT entra com outra emenda para quinze anos, outro entra com aumento de 2% em vinte anos. Estamos tratando uma questão séria, de extrema importância, antecipadamente. Ora, nós, legisladores, já somos criticados com toda razão pela população, por não trabalharmos. Por que é que vamos nos eximir dessa responsabilidade de estarmos aqui, se eleitos formos, Deputado Nelson Justus, se eleitos formos, estarmos aqui no ano que vem discutindo...

**O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)**

Volto a afirmar, se as galerias colaborarem, vamos ter outra Sessão, senão, só amanhã!



**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Sr. Presidente, continuo aqui a minha exposição do encaminhamento contrário a esta emenda com o que eu já disse, talvez anteriormente os Srs. Parlamentares não tenham me ouvido, mas a esperança é que no ano que vem tenhamos uma Assembléia com 54 Deputados com a mesma responsabilidade que temos hoje de tratar essa questão dentro da realidade que estivermos vivendo no ano que vem, porque se tratarmos isso para doze anos, daqui a doze anos não sabemos o que vai acontecer com o nosso Brasil. Espero, como brasileiro, que este Brasil avance, que gere emprego, que esse Brasil tenha o lugar de destaque no cenário mundial; agora, estamos aqui em cima de situações que não sabemos o que vai acontecer.

Por isso, não que eu esteja criticando a atitude da Bancada do PPS, jamais, aqui todos têm direito de entrar com a emenda que bem entender, mas eu, como Deputado, posiciono-me contrário porque me sentirei muito mais tranqüilo com a realidade de, no ano que vem, estarmos aqui discutindo o novo salário mínimo. Temos tempo suficiente para discutir e estudar esse novo salário mínimo no ano que vem.

Obrigado, Sr. Presidente, e espero pelo NÃO dos Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputado André Vargas com a palavra.

**O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, estive refletindo sobre essa emenda e também considero que o Deputado Marcos Isfer, da Bancada do PPS, ao apresentá-la tem a melhor das intenções; considero também que seria necessário, sim, uma previsão de um reajuste pelo índice da inflação, ou pela variação do nosso PIB, ou enfim, por um indexador oficial, talvez. Mas, seria pretensão desta Casa, Sr. Presidente, faço essa reflexão em conjunto com os companheiros do PPS e com todos os companheiros e companheiras desta Casa, como poderíamos prever o que ocorrerá nos próximos doze anos na economia do Paraná, do Brasil e do mundo, já que estamos inseridas nela? É bom dizer que sete sobre sete, em doze anos, deve dar um índice de mais de 150%, porque é taxa sobre taxa.

Concordo que já fizemos o que era a nossa obrigação. A iniciativa do Governador Roberto Requião de encaminhar a esta Casa, fizemos uma análise, fizemos a oitiva dos setores e cada qual colocou aqui a sua posição. E esta Casa está votando por unanimidade o piso regional de 437 reais.

Portanto, falo agora por mim, seria exacerbarmos das nossas prerrogativas e tirarmos, inclusive, prerrogativas futuras de novas definições.

A reflexão que faço é que precisamos apenas aprovar aquilo que foi atribuição do Executivo Estadual.

Outro dia a nossa Bancada e o meu Partido, no dia 1º de maio, o Governador disse onde estava a Bancada do PT. Todos os nossos Deputados estão votando com o pro-

jeto. Não só isso, no dia 1º de maio a Deputada Luciana estava lá no Sudoeste comemorando o dia dos trabalhadores, o Deputado Vanhoni, igualmente. O Deputado Elton na região Oeste, o Pedro Ivo na região Sul estavam participando de atos públicos que faziam a reflexão sobre essa importante data. Assim como este Deputado estava na região do Padre Paulo que, lamentavelmente não estava na romaria do trabalhador e participando das comemorações de 1º de maio.

Portanto, NÃO em relação a essa emenda e SIM em relação ao projeto. Não pelos “Robertos”, mas pelos Epitácios, Denilsons, Geraldos, pelas Marias, pelos Carlinhos, mesmo pelos Ernanis, companheiros que aqui estão, mesmo aqueles companheiros com os quais temos algumas divergências e concordamos nesse ponto. Pelos Doáticos, pelos Clementinos, pelos Butikas, pelos trabalhadores, votar pelo projeto e não pela emenda.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra o Deputado Marcos Isfer.

**O SR. MARCOS ISFER (PPS)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quando fizemos a proposição dessa emenda, foi porque notamos que se instituíam um piso salarial mínimo e não se previa a mínima correção para os próximos anos.

Salário mínimo tem uma previsão mínima, que é aquela constitucional, e que todos os anos tem sido cumprida. E tem sido cumprida de uma forma, nos últimos anos, acima dos 7%. Mas, nos anos anteriores bem abaixo e, em determinados momentos achatando o salário mínimo nacional.

Quando estabelecemos um prazo de doze anos, entendíamos, e agora fico surpreso, mas entendíamos que nos últimos oito anos do Governo Fernando Henrique e nesses quatro anos do Governo Lula, que se apregoa, fala-se e escreve-se que havíamos atingido uma estabilidade econômica neste país, que havíamos atingido um momento de seriedade; que havíamos atingido um momento em que se poderia prever o futuro, em que se poderia trabalhar com expectativa de futuro.

Depois de ouvir alguns companheiros aqui, parece-me que isso não é verdade; parece-me que não confiam nessa estabilidade econômica; parece-me que não confiam que, nos próximos anos, o Brasil continuará a crescer e que a moeda não terá mais aquela famosa oscilação.

Mais do que isso me preocupa porque, em todos os momentos, lemos os companheiros do Dieese e de todas as centrais sindicais dizerem que tem que haver, sim, a luta pelo salário (tem que haver a luta ano a ano), mas nós imaginávamos que um mínimo teria que existir; um mínimo teria que haver na lei com relação ao reajuste, para evitarmos ficar ao sabor do governante. Este ano 35%; nos três anos anteriores não tínhamos piso; nos

próximos anos teremos piso? Que piso será? De quanto será?

Se for um governante neoliberal, quem sabe entenda que não haja necessidade desse piso; se não for um governante que tenha sensibilidade, que valores estaremos falando? Que números estaremos discutindo? Ou não vamos discutir? Ou não vamos ter reajuste nenhum?

Ouvi atentamente todos que por ali passaram, naquela tribuna, a favor ou contra o piso salarial de R\$ 437,00 dizerem a mesma coisa: “o que nós queremos é estabilidade. Queremos uma política salarial que saibamos qual é o começo, qual é o meio, qual é o fim. Não queremos surpresa!” Nós ouvimos da classe produtora dizerem que esse mínimo era impagável, porque era 35% este ano sobre o piso do ano passado.

Ora, senhores, para se fazer política salarial, para se fazer política de emprego e renda, há que haver regras claras e bem definidas. É esse o intuito do PPS ao apresentar esta emenda, aliás, emenda que em nível nacional já foi apresentada, também, como proposta em nível nacional.

Se queremos recuperação do salário temos que ter a garantia de um mínimo e se o momento se apresenta para votação, como se apresenta no dia de hoje, não podemos nos furtar, porque se fizermos isso amanhã poderemos ser responsabilizados, pois no momento que tivemos a chance e de ter regras clara, bem definidas, para o setor produtor, para empregado, para o trabalhador, não fizemos isso. É o momento mais do que correto de estarmos estabelecendo aquele que é o mínimo que desejamos. O mínimo que desejamos é uma correção que, em, doze anos, nos dê a condição de ter o salário mínimo do Dieese.

Gostaríamos de ter, hoje, mas muitos sabemos que não temos condição. Agora, temos a obrigação de construir essa proposta para o futuro; temos a obrigação de que os próximos governantes deste Estado tenham uma política clara de como irão reajustar o salário regional. Temos que ter uma política clara de como iremos avançar. Por isso mesmo, há liberdade de fixar-se percentuais maiores. Estamos estabelecendo apenas o básico, o mínimo do mínimo.

A qualquer momento, quicá, queira Deus, o ano que vem ou daqui a um ano, dois anos, alguém chegue no Estado do Paraná e estabeleça o piso do Dieese. Aí não precisamos mais disso; não precisamos mais falar de reajuste; não precisamos mais essa luta pelo salário real; essa luta que tantos anos o Brasil empreende; essa luta que, bem disse o companheiro Ratinho, Getúlio Vargas instituiu o salário mínimo, tivemos um valor que era compatível, depois nunca mais conseguimos recuperá-lo. Por quê? Por que não conseguimos recuperá-lo? Porque ora era a inflação que destruíra este país; ora era o regime ditatorial que não deixava que houvesse o crescimento salarial. E agora, que temos oportunidade, temos o momento, estamos no momento mais do que correto, de uma forma constitucional. Deixar muito claro, Deputado

Ailton Araújo, de uma forma constitucional porque se nós fizéssemos isso sem esse projeto do piso mínimo salarial, estaríamos incorrendo em inconstitucionalidade. Mas, não, de uma forma constitucional, correta, no momento oportuno de apresentar a emenda, estamos apresentando aquilo que é o desejo de todos os trabalhadores paranaenses e brasileiros. Tenho certeza que se fôssemos consultar o trabalhador brasileiro de qualquer Estado, ele gostaria de ter esta emenda garantida lá na sua lei, garantida na sua Constituição Estadual.

Tenho certeza que se formos consultar aqueles que produzem, os empresários que efetivamente têm a visão social, eles também querem saber uma regra do jogo clara. Eles, querem, sim, que os próximos governantes diminuam a carga tributária para que eles possam pagar melhor salário.

Querem sim, que os próximos governantes façam com que este Estado se desenvolva, produza, gere riqueza para pagar mais salário. É isto que eles querem. Eles não querem crescer a 1% ao ano como crescemos aqui no Paraná ridiculamente. Não queremos crescer a 2,3% como cresce o Haiti. Queremos que o Brasil cresça muito mais e queremos que o Paraná cresça e queremos ter políticas claras, coerentes, diretas, para que tanto os que produzem como os que recebem salário saibam exatamente o que podem esperar.

E o que podem esperar desta Assembléia? Podem esperar a coerência de votar esta emenda, de aprová-la, de dar ao trabalhador paranaense um norte, um mínimo daquilo que ele vai ter pelos próximos anos. E pode dar à classe produtora paranaense também um norte, saber o que lhe aguarda no dia seguinte para evitar que na próxima véspera de eleição ao invés de 35% ele receba 70%, 80%, se for do interesse do governante fazer média depois de perder algumas outras votações.

Veja, Deputado Stica, a necessidade de se estabelecer isso para todos. Todos nós desejamos regras claras quando discutimos salário. Sabemos a dificuldade que é arrancar 0,01 na hora de um dissídio. Sabemos a dificuldade que é a hora de, pela discussão, arrancarmos qualquer percentual a mais. Quantas vezes vamos para situações que não desejávamos.

E neste momento que temos a garantia de um mínimo, mínimo que em doze anos nos faria chegar a este salário que hoje gostaríamos de ver pago, mas sabemos que não há condições. Se há condição para os próximos governantes, seja quem for o próximo governante, o próximo Presidente, mas temos a responsabilidade de deixar para o trabalhador paranaense uma regra de jogo clara, inequívoca, e que faça com que isto aconteça. Fora disso, estaremos incorrendo em projeto demagógico que neste momento vem, é bom, é bonito, mas que o ano que vem não sabemos sequer se vamos ter. O ano que vem não sabemos o que vai ocorrer.

Não podemos ficar ao sabor de votarmos leis em ano eleitoral. Temos que ter regras claras e bem definidas durante todo o período, durante todo o momento, seja

quem for o governante, seja quem for aquele que detenha o bastão do poder, porque senão corremos o risco de hoje nos furtarmos e amanhã sermos cobrados pelos mesmos trabalhadores, pelos mesmos companheiros que aqui estão, que não fizemos a nossa lição de casa. Não cumprimos com o mínimo que poderíamos fazer que é dar uma lei clara ao trabalhador paranaense e não uma lei demagógica e eleitoreira.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo Deputado inscrito, Luiz Carlos Martins.

### ***Deputado Luiz Carlos Martins (PDT)***

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, serei bem rápido!

Nada com a Bancada do PPS, mas pelo contrário. Só que nós, do PDT, entendemos que estamos dando ao Governo uma procuração sem ter respaldo. Como disse o Deputado Rossoni aqui, esperamos todos voltar no ano que vem - o Deputado Vanhoni espera ir para a Câmara Federal e nós esperamos voltar à Assembléia - e discutir o salário mínimo regional todo o ano, senão vamos dar um "cheque em branco" também. Essa é uma prerrogativa, como disse o Presidente do PT, Deputado André Vargas. Quer dizer, daqui a pouco qual papel que vamos ter aqui na Assembléia?

Nenhum!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo inscrito, com a palavra o Deputado Hermes Fonseca.

### ***Deputado Hermes Fonseca (PT)***

O SR. HERMES FONSECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na qualidade de relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, devo me pronunciar para dizer que, primeiro, acatei a emenda na CCJ, porque de fato ela é constitucional. Só que não podemos, pelo fato de ser constitucional e a iniciativa estar correta, trabalhar com números que são mais um exercício de futurólogos do que realmente um bom senso e coerência.

Estamos tratando de um piso salarial. Isso diz respeito ao Estado do Paraná e portanto é coerente. Se quisermos estabelecer critérios de correção, seria coerente estabelecer que a correção poderia ser feita de acordo com o desempenho da economia paranaense, de acordo com o crescimento do PIB paranaense. No máximo isso! Estabelecer um número fixo de 7% e mais a inflação, isso é querer agredir um projeto cuja intenção é dar condições para que o Paraná faça distribuição de renda, para que no Paraná melhore o IDH de algumas regiões deste Estado, para que no Paraná realmente possamos proteger os trabalhadores. Essa é a intenção desse projeto desde o início, no meu entendimento. Por isso encaminho contra

esse emenda, porque da maneira que se propõe, não estamos tratando de uma questão paranaense, mas estaríamos tratando, como argumentaram os oradores que me antecederam, de uma questão nacional. No caso do piso regional de salário, temos que nos ater à economia paranaense e o bem senso nos diz que devemos rejeitar essa emenda

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Elton Welter.

### ***Deputado Elton Carlos Welter (PT)***

O. SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, a emenda do PPS é bem intencionada! Acredito que a intenção dos Deputados seria corrigida da seguinte forma e isso acredito que é possível, após o projeto ser sancionado na forma original, colocando um artigo ou um parágrafo na lei - acrescentando a essa lei salarial - definindo que os trabalhadores do Paraná terão sua data-base em tal mês e será corrigido de acordo com a inflação, o que for possível negociar. Não dá para fixar um índice, porque é muito complicado e não dá para prever o futuro. Por exemplo o salário mínimo brasileiro, por que foi corrigido na inflação e mais acima da inflação em alguns casos? Porque a condição de orçamento e de situação econômica do país permitiram. Já foram três anos que houve aumento real. Por que não fazer algo semelhante aqui no Estado e constar em lei?

Se fosse feito assim, acredito que a emenda teria sido - como foi acatada a constitucionalidade - nestes termos a lei teria força aqui neste plenário. Como não há mais prazo regimental nem forma regimental para fazer essa redação, não é mais possível. Acredito que esta Casa, após a votação e a sanção da lei, poderia ficar esses termos, índices, corrigido de acordo com a inflação e de acordo, dentro daquilo que é possível, com a economia do Estado. Isso é possível, não dá para fixar um índice de 7% para mais de uma década, isso é realmente apostar, não há economia no mundo que tenha essa previsão de estabilidade e crescimento dessa forma. Seria importante para os trabalhadores, seria certamente o razoável na lei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo inscrito é o Deputado Natálio Stica.

(**Declina**)

Próximo orador inscrito é o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros sindicalistas que nos prestigiam com as suas presenças; uma saudação fraternal aos companheiros da Força Sindical e para os companheiros da Nova Central. Uma saudação

especial aos companheiros da CGT e uma saudação aos companheiros da CUT e demais entidades representativas de classe que aqui estão, aos seus presidentes que nos prestigiam com as suas presenças.

Esse é um debate interessante. O mínimo proposto que está sendo votado é o mínimo referencial para os trabalhadores do Estado do Paraná, 437, o mínimo nacional fixado em 350 reais. O mínimo do Paraná vai passar a valer a partir de amanhã, 437. E hoje, temos um debate interessante aqui na Assembléia, que é a possibilidade de esse mínimo sofrer algum tipo de reajuste daqui a doze meses.

Os Deputados do PPS, não sei se somente os do PPS colocam uma proposta que tem no seu centro algo importante para os trabalhadores e operários de todo o Estado do Paraná e de todo o Brasil, que é a garantia de que em uma data "x", em um prazo "x", tenhamos a possibilidade de que o Governador do Estado do Paraná, seja o Governador Roberto Requião ou quem o suceder, tenha que enviar para a Assembléia Legislativa uma proposta de reajuste do mínimo regional. Essa obrigatoriedade é importante para os trabalhadores de todo o Estado do Paraná.

No entanto, o que discordo dessa formulação da emenda feita pelos companheiros do PPS é o índice de 7%. Veja, o Deputado que me antecedeu, e que fez uma bela argumentação, o Deputado Caíto Quintana, é o contrário do que ele fala em relação ao índice de 7%. Índice de 7% em uma economia como a nossa do Brasil que poderá apresentar uma inflação este ano entre 3%, 4,5%, índice de 7% é um bom reajuste. Os trabalhadores da construção civil em São Paulo, agora, de todo o Estado de São Paulo, na data de ontem, na data de hoje, acabaram de fechar um acordo com o índice de 6,3% de reajuste para toda a categoria. Sabemos disso, quem é sindicalista sabe o quanto é difícil você conseguir um ponto percentual em uma economia estabilizada do ponto de vista inflacionário. Então, 7%, não que seja muito ou pouco em relação ao mínimo, mas do ponto de vista da política real que acontece. Sabemos que para satisfazer as necessidades básicas do conjunto da classe trabalhadora, o mínimo deveria ser perto de 1.200, 1.300 reais para garantir um vestuário, uma moradia, uma educação, um transporte e uma alimentação digna para uma família de quatro pessoas, um casal e dois filhos. É isso que a ONU prevê, é isso que o Dieese e todo o movimento sindical tem e sabe da importância. O correto seria, para sairmos desse impasse, porque o projeto como veio para a Assembléia não prevê nenhum reajuste no ano que vem, não prevê nenhum! O correto seria que tivéssemos a seguinte formulação, como o Deputado Elton Welter colocou muito claro - caberá ao Poder Executivo, deverá, fica obrigatório que o Poder Executivo, na data tal enviar proposta de reajuste, no mínimo, igual a inflação, porque quando vem um projeto desta natureza para a Assembléia Legislativa, aí resgatamos a prerrogativa do Poder Legislativo, aí o movimento sindical pode se organizar, aí os

trabalhadores das centrais, dos sindicatos podem se organizar e podem vir aqui ajudar a pressionar os Deputados ou o Governo a fixar por este ou aquele índice.

Então, não sei se o correto não seria aprovarmos agora, neste momento, os 7% e ao mesmo tempo fazer uma sugestão ao Governador do Estado que mantenha os 7% acima da inflação para o ano que vem, e que no ano que vem o Governador mande uma nova mensagem, na data de 1º de maio, modificando o projeto de lei, dando os 7% que fica, de certa maneira, com esta votação e modificando o trâmite dali para frente, porque o ruim desta discussão é não termos nenhum percentual. Poderia ser outro parâmetro, poderia ser o seguinte: todo ano, quando reajustar o mínimo nacional, o mínimo regional do Estado do Paraná vai acompanhar, no mínimo, este índice inflacionário dito pelo mínimo nacional. Não temos isto no corpo da lei.

Então, pelo menos garantiríamos a diferença de 35% entre o mínimo regional e o mínimo federal, que não está estipulado.

Infelizmente, nesta discussão não é mais possível modificarmos o projeto, as emendas estão aí para serem votadas: ou sim ou não. Acho que seria uma boa recomendação talvez votarmos SIM e sugerir ao Governador do Estado que no ano que vem aplique os 7% que não é muito, não vai sobrecarregar o setor produtivo, mas vai melhorar um pouquinho o salário dos trabalhadores do Estado do Paraná em 7% acima da inflação.

Ora, como temos aí a previsão de 3 a 4% de inflação este ano, em 1º de maio do ano que vem os 437 estariam reajustados em perto de 10%. Concomitantemente o Governador disciplina a forma de reajustes, pode ser apenas inflação, não tem problema nenhum, estaremos aqui para discutir se será 1%, 0,5% ou 5% acima da inflação a partir do ano que vem.

Então, para superar este impasse, poderíamos votar SIM, aplicar os 7% para o ano que vem e sugerir ao Governador do Estado que no ano que vem mande uma mensagem já com novo corpo a respeito dos reajustes futuros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Ailton Araújo com a palavra.

O SR. AILTON ARAÚJO (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, sem nenhum demérito aos que encaminharam contrariamente à proposta até o momento, a posição aqui colocada pelo Deputado Ângelo Vanhoni me parece inteligente, porque não deixa de prever o futuro.

Considero uma incoerência usarmos os argumentos para defender a proposta do Deputado Elio Rusch e logo na sequência a liderança da Oposição vir aqui e negar todos esses argumentos. Os argumentos valiam para o projeto do Deputado Elio Rusch. Agora não valem para o projeto da Bancada do PPS. Parece-me esta ques-

tão um equívoco. Dizer que estamos tirando a oportunidade das centrais sindicais lutarem por melhores salários é um outro equívoco. Dizer que estamos tirando a oportunidade de o Governador propor uma melhora além dos 7% é outro equívoco.

Então, esta proposta do Deputado Ângelo Vanhoni, creio que esclareceu que não estamos inviabilizando nada. Estamos garantindo, isso sim, um mínimo de 7% e toda lei pode ser modificada. Agora, deixarmos de votar essa lei para ter a simpatia das centrais sindicais para que nos conduzam de volta para defender um direito que já devemos deixar garantido hoje, creio que não é correto!

Vejam os senhores, se 7% é muito, e os 30% que estamos votando agora? Acho que os trabalhadores já deveriam estar ganhando isso há quatro anos atrás. Se tivéssemos dado os 7% naquela época, já estariam eles hoje com 35% se colocarmos 7% em cima de 7% e hoje não estaríamos votando esse salário mínimo, estaríamos votando um outro, porque a nossa economia já teria absorvido esse impacto.

Temos então que deixar esta questão de vivermos de improviso, improvisando as coisas. Com isso já a nossa economia se prepara que, para o ano que vem, teremos 7% já garantidos em cima disso. Se for necessário mais, S. Exa. o Governador que estiver em exercício do Poder há de ser compreensivo e enviar a proposta.

Concito aos nobres Pares para que, atendendo aos interesses dos trabalhadores, acatemos essa proposta que foi feita pelo Deputado Ângelo Vanhoni de aprovarmos essa emenda e os trabalhadores sairão daqui já tranqüilos que, pelo menos 7% em cima desse salário que está aí, já está garantido.

Obrigado, Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Está em votação a emenda de Plenário. Os Srs. Deputados que forem favoráveis à emenda deverão responder SIM e os que forem contrários deverão responder NÃO.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Nereu Moura, que proceda à chamada nominal.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)**

Procede à chamada nominal para votação, em aberto, dos Srs. Deputados.

Trinta e nove votos NÃO.

Doze votos SIM.

Dois ausentes.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

**Está rejeitada a emenda.**

## **2ª Discussão**

### **ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 734/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revogando a Lei

nº 11.035, de 04 de janeiro de 1995 e a Lei nº 11.668, de 28 de janeiro de 1997, que dispõe sobre as normas gerais sobre sorteio da modalidade denominada bingo. PARECERES DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 754/05, de autoria do Deputado Nereu Moura, autorizando o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de Goioerê. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 800/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 071/05, que objetiva autoriza o Poder Executivo a efetuar a permuta do imóvel situado no município de Jaguapitã, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 801/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 072/05, que objetiva autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso ao município de Nova Londrina de imóvel urbano, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 001/06, que objetiva autoriza o Poder Executivo a reversão ao município de Irati, do imóvel localizado na Vila São João, situado no município de Irati, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

### **ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/06, que autoriza o Poder Executivo efetuar a reversão, ao município de Conselheiro Mairinck, do imóvel conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 155/06, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, declarando de Utilidade Pública a Associação Amigos da Universidade - ASMU, com sede e foro no município de Barracão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 159/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação Cultural Esportiva Recreativa Ouro e Prata, com sede e foro no município de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Organização Rosa e Amigos, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/06, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Fruticultores de Uraí - AUVA, com sede e foro no município de Uraí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 190/06. **Aprovado, artigo por artigo.**

## Requerimentos

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1030, 1031 1033 e 1034, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1032, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1036, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1037 a 1041, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1045, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Em Discussão.**

#### UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 1048, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Retirado pela Autora.**

Requerimento nº 1050, de autoria dos Deputados Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano, Elio Rusch, Durval Amaral, Valdir Rossoni e Barbosa Neto, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Em Discussão.**

#### UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1054 e 1055, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1056, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1057 a 1061, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1063, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1065 e 1066, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1067, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1068, de autoria dos Deputados Ademar Traiano, Luiz Carlos Martins, Durval Amaral e Barbosa Neto, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1069, de autoria dos Deputados Barbosa Neto, Durval Amaral, Luiz Carlos Martins e Valdir Rossoni, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1070, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

O senhor tem tido um zelo muito grande pelos requerimentos apresentados pelos Deputados. Mas, não sei o que houve com dois requerimentos de autoria da Bancada de Oposição que não foram votados. E um do Deputado Vanhoni. O protocolo está aqui - adiado e não tem número 25 de abril. É um requerimento que pede informações ao Chefe da Casa Civil com relação ao uso do Teatro Guaíra. É uma informação que este Parlamentar deseja.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vou solicitar à Mesa que providencie. Na outra Sessão votaremos.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (Pela Ordem)

O meu requerimento diz respeito a providências do Governo do Estado, sobretudo na área da cultura. Todos nós sabemos que preservar o Patrimônio Histórico do Estado do Paraná é muito importante e é uma

função do Estado, do Governo. O Governo tem feito todo o possível para isso. Mas tem um Centro Histórico do nosso Estado, e aqui em Curitiba tem uma réplica, o Deputado Valdir Rossoni vai saber do que estou falando, tem uma réplica de uma janela que tem 102 anos no Estado do Paraná, construída em madeira e que preserva a tradição porque lá pessoas se reúnem todos os domingos para rezar em ucraniano, que é a Igreja da Serra do Tigre, de São Miguel Arcanjo. E esta igreja está precisando de reparos, de reforma e de conservação. Amanhã tenho uma audiência - convido os Deputados Rafael Greca e Valdir Rossoni para me acompanhar - com a Secretária da Cultura, Vera Mussi, para tratar deste assunto. O recurso é pequeno, mas a grandeza do impacto da preservação desta pequena igreja, para conservar uma cultura, que é a dos ucranianos, que falam a língua ucraniana aqui no nosso Estado do Paraná, é muito importante, sobretudo para a região sul do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O requerimento de V. Exa. será votado na outra Sessão, porque não tinha chegado às minhas mãos, como V. Exa. está me cobrando.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Não foi falha deste Deputado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Acho que da assessoria de V. Exa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Pode ter sido.

### ***Encerramento da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar...

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, após as duas votações, fica claro para esta Casa de que a proposta governamental de aumento de salário mínimo regional fica aprovada, embora tenhamos uma votação e a redação final.

Pedido do Governador, para que comunicasse V. Exa., tão logo em redação final e preparada a Mensagem pela Assembléia Legislativa, V. Exa. entrasse em contato com o Governo, o Governador Roberto Requião pretende sancionar esta matéria aqui na Assembléia Legislativa, em homenagem aos Sr. Parlamentares desta Casa e aos trabalhadores do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte:

### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 002/06 e 734/05.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 181, 198, 199, 202 e 217/06.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 09 de maio, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 734/05; 162, 185 e 002/06.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 800, 801/05 e 001/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 384/04; 181, 198, 199, 202 e 217/06.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

### ***Diretoria Geral***

### ***Despacho do Diretor***

#### **DESPACHO DO DIRETOR**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### **R E S O L V E :**

1) em despacho publicado em 10/04/06 (DA nº 028/06), requereu-se a instauração de sindicância para apurar fatos do protocolo nº 2650/06;

2) tendo em vista a informação de que a funcionária MARYANE BARROS DE OLIVEIRA encontra-se em licença para tratamento de saúde por (90) noventa dias, dada pela Portaria nº 37/06, publicada em 24/03/06 (DA Avulso), e que impede a apuração correta dos fatos narrados no protocolo nº 2650/06, revoga o despacho anterior e ordena que se aguarde o retorno da servidora para a abertura da referida comissão de sindicância.

3) Publique-se.

Curitiba, 04 de maio de 2006.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## **DIÁRIO Nº 043**

### **3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>32</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>32</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>32</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos .....	32
<b>Ordem do Dia:</b>	
Discussão / Votação:	
3ª Discussão .....	33
1ª Discussão .....	33
Requerimentos .....	34
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>35</b>
<b>Publicações:</b>	
Comissão Executiva	
Atos .....	35
Atas de Comissões	
Redação .....	35
Orçamento .....	36

## **DIÁRIO Nº 043**

### **3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2006**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

#### **Presenças:**

Às dezessete horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni

Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (52). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Chico Noroeste e Padre Paulo Campos (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Quero esclarecer que vamos pedir prioridade de votação para o aumento do salário. Para que possamos votar rapidamente, solicitamos aos Srs. Deputados que tenham a mesma posição da semana passada, diminuindo os discursos e assim votarmos rapidamente.

(Aplausos)

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

#### **Expediente:**

#### **Requerimento:**

REQUERIMENTO Nº 1047

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, regime de urgência para a Proposição nº 120/05, de autoria do Superior Tribunal de Justiça - STJ, que solicita autorização para instauração de processo criminal contra o Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 08.05.06.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK



## Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 52 Srs. Deputados.

## Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### 3ª Discussão

#### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/06, fixando, no âmbito do Estado do Paraná, o piso salarial de que trata o inciso V, do artigo 7º da Magna Carta da República. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA CCJ E CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDA DE PLENÁRIO. PARECER DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em votação a emenda. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.** Em votação o projeto. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

#### ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 734/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revogando a Lei nº 11.035, de 04 de janeiro de 1995 e a Lei nº 11.668, de 28 de janeiro de 1997, que dispõe sobre as normas gerais sobre sorteio da modalidade denominada bingo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

### 1ª Discussão

#### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 181/06, de autoria do Deputado André Vargas, declarando de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Solidárias do Jardim Interlagos, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 028/06, de 11.04.06)**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 181/06

P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado André Vargas, declara de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Solidárias do Jardim Interlagos e Adjacências, com sede e foro no município de Londrina.

#### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, porém ao analisarmos a Lei Complementar 98/95 que dispõe sobre a redação e elaboração de leis, verificamos que o referido projeto está em descompasso com o artigo 9º que prevê:

*Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.*

#### Conclusão

Assim, somo de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 181/06

Atendendo o disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei nº 181/06, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.*

#### Conclusão

Assim, somo de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/06, de autoria do Deputado Nelson Garcia, declarando de Utilidade Pública o Recanto Paula Carolina Cerci Patrulheiros Mirins, com sede e foro no município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/06, de 19.04.06)**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 198/06

P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Garcia, declara de Utilidade Pública o Recanto

Paula Carolina Cerci Patrulheiros Mirins, com sede e foro no município de Umuarama - Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 199/06, de autoria do Deputado Nelson Garcia, declarando de Utilidade Pública a Associação São Pio X, com sede e foro no município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/06, de 19.04.06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 199/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Garcia, declara de Utilidade Pública a Associação São Pio X, com sede e foro no município de Umuarama - Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/06, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Carlos Gomes de Ubiratã, com sede e foro no município de Ubiratã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 035/06, de 24.04.06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 202/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Carlos Gomes de Ubiratã, com sede e foro no município de Ubiratã - Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/06, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, declarando de Utilidade Pública a Associação Procopense de Saúde Mental, com sede e foro no município de Cornélio Procopio. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 037/06, de 26.04.06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 217/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, declara de Utilidade Pública a Associação Procopense de Saúde Mental, com sede e foro no município de Cornélio Procopio.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**Requerimentos:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 926 e 927, de autoria dos Srs. Deputados José Domingos Scarpellini,

Barbosa Neto, Luiz Carlos Martins, Ademar Traiano e Valdir Rossoni, membros da Bancada de Oposição, constantes do expediente do Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 100, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano, Barbosa Neto, Reni Pereira, Durval Amaral, Elio Rusch e Valdir Rossoni, membros da Bancada de Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1047, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, no meu encaminhamento de votação citei vários companheiros, mas também queria fazer um agradecimento especial ao nosso Presidente da CUT, o Sr. Roni, o Adilson Tuzata que aqui estão.

Obrigado pela presença dos trabalhadores e é assim que se vê a força dos trabalhadores.

Muito obrigado!

### ***Encerramento da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero fazer uma consideração, com os Srs. Deputados em relação à essa mensagem aprovada nesta Casa hoje, em relação, em 3ª discussão.

Como Presidente desta Casa, tive o cuidado de fazer a discussão mais democrática que esta Casa já teve, ouvindo não só os empregadores, mas também todas as sindicais representando os empregados.

Tivemos com certeza, um sucesso enorme, porque foi aprovada quase por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Comissão Executiva***

#### ***Atos***

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 315/2006

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3372, datado de 28 de abril de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

Conceder aposentadoria, a pedido, a ALBERTO SAVOIA ASSEF, matrícula nº 147, portador da Carteira

de Identidade do Advogado nº 4355, Seção do Paraná, e do CIC de nº 001.600.329-20, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Procurador 1ª Classe, de acordo com o artigo 35, parágrafo 1º, inciso III, da Constituição do Estado do Paraná, e nos termos do artigo 243, parágrafo 3º, da citada Carta Magna, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, calculados conforme a Resolução de nº 007/2003, autorizada pela Lei nº 13.950/2002, acrescidos de verba de representação fixada pelo artigo 4º da Lei Complementar Estadual nº 51/90, mais trinta e cinco por cento (35%) de adicionais por tempo de serviço referentes a sete (07) quinquênios, à razão de cinco por cento (5%) a cada cinco (05) anos, de acordo com o parágrafo único do artigo 2º, da supra citada Lei Complementar, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 12, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 04.05.2006.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

### ***Atas de Comissões***

#### ***Redação***

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, ao Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Renato Gaúcho apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 129/04, 777/05 e 077/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, ao Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da

reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Durval Amaral apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 361/05, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, ao Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Luiz Fernando da Silva Litro apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 602/05, 603/05, 692/05 e 013/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, ao Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Durval Amaral apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 162/06 e 185/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, ao Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado José Domingos Scarpeolini apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 734/05 e 002/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

### Orçamento

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO 15ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de março de 2006, reuniu-se na sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Ademir Bier, com as presenças dos Senhores Deputados Marcos Isfer, Ademar Traiano, Barbosa Neto, e Duílio Genari membros da Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 1º) Projeto de Lei nº 059/06 de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 11/06, que aprova abertura de crédito suplementar em obras no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), ao vigente orçamento da Universidade Estadual do Paraná – Unespar. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 2º) Projeto de Lei nº 068/06 de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 015/06, que aprova abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 67.700.000,00 (sessenta e sete milhões e setecentos mil reais) sendo R\$ 32.775.000,00 (trinta e dois milhões, setecentos e setenta e cinco mil reais) ao Orçamento do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná – Fundepar, vinculado à Secretaria de Estado da Educação, R\$ 22.275.000,00 (vinte e dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil reais) ao Orçamento do Fundo Estadual de Saúde – Funsau de ISEP, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde, R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) ao Orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e R\$ 11.150.000,00 (onze milhões, cento e cinquenta mil reais) no Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL -

APROVADO. 3º) Projeto de Lei nº 69/06 de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 16/06, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.498.000,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa e oito mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, para implantação de Centro de Eventos de Morretes. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
Ana Beatriz S. do Prado - Secretária

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
15ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de abril de 2006, reuniu-se na sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Edson Strapasson, com as presenças dos Senhores Deputados Marcos Isfer, Durval Amaral, Barbosa Neto e Duílio Genari membros da Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por

aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 1º) Projeto de Lei nº 162/06 de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 23/06, que visa ajustar no orçamento do Estado do Paraná, o valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, que serão utilizados na construção de unidades municipais do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, em Ibiporã, Jandaia do Sul, Marquinho, Ramilândia, São José das Palmeiras, Tamarana e Três Barras do Paraná. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 2º) Projeto de Lei nº 164/06 de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 25/06, que dispõe sobre ajuste e conversão de fontes de recursos no valor de R\$ 2.628.556,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovada pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
Ana Beatriz S. do Prado - Secretária